

GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

Jaques Wagner

SECRETÁRIO DE CULTURA DA BAHIA

Antônio Albino Canelas Rubim

DIRETOR DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA – IPAC

Frederico A. R. C. Mendonça

ASSESSORIA TÉCNICA - ASTEC

Margarete Abud

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

Geraldo Moniz

DIRETORIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL - DIPAT

Elisabete Gândara

COORDENAÇÃO OPERACIONAL – ASTEC

Igor Alexandre Souza

TRANSCRIÇÃO DE GRAVAÇÃO EM AUDIOVISUAL

Urano Andrade

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Zeo Antonelli e Beto Cerqueira (2Designers Ltda.)

REVISÃO E NORMATIZAÇÃO

Aparecida Nóbrega

Assessoria Técnica

Tel.: (71) 3117-6464 / 3117-6492

E-mail: astec.ipac@ipac.ba.gov.br

Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural

Tel.: (71) 3117-7496 / 3117-7498

E-mail: dipat.ipac@ipac.ba.gov.br

Coordenação de Articulação e Difusão

Tel.: (71) 3117-6945

E-mail: coad.ipac@ipac.ba.gov.br

Ouvidoria

Tel.: (71) 3117-6461

E-mail: ouvidoria.ipac@ipac.ba.gov.br

Assessoria de Comunicação

Tel.: (71) 3117-6490 / 3117-6673

E-mail: ascom.ipac@ipac.ba.gov.br

www.ipac.ba.gov.br

Rua 28 de Setembro, nº15

CEP: 40.020-246

Centro Histórico de Salvador - BA

Tel.: (71) 3117-6480

IPAC
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA



APRESENTAÇÃO

Durante o ano de 2011, o IPAC promoveu algumas “Conversas sobre Patrimônio”, no Auditório do Conselho Estadual de Cultura, visando colher elementos para balizar suas ações voltadas para a preservação do patrimônio cultural na Bahia, em áreas que ampliam a atuação histórica da autarquia estadual. Cinco dessas conversas foram destacadas para iniciar esta nova série de publicações do IPAC.

No mês de maio, as conversas foram voltadas para a salvaguarda do patrimônio afro-brasileiro, com destaque para os terreiros de candomblé, a partir das contribuições dos professores Fábio Velame e Márcia Sant’Anna / UFBA, com a moderação de Frederico Mendonça / IPAC.

Junho foi dedicado à troca de ideias em torno das relações entre patrimônio e festas populares, com a participação dos professores Jânio Castro / UNEB e Paulo Miguez / UFBA e do produtor cultural e presidente da Fundação Cultural do Santo Antonio Além do Carmo, Dimitri Ganzelevitch, contando com a arquiteta Carmita Baltar / IPHAN como moderadora.

Em Julho, as conversas giraram em torno do patrimônio material e imaterial do Cortejo do Dois de Julho, envolvendo a Soledade e a Lapinha, locais fortemente relacionados com as lutas pela Independência na Bahia, contando com os professores Lula Cardoso, Mariely Santana e Ordep Serra / UFBA e a moderação da arquiteta Elisabete Gândara / IPAC.

A construção de um sistema estadual de patrimônio, tomando como base a experiência do ICMS Cultural de Minas Gerais, foi o tema abordado em setembro, com as participações de Marília Palhares / IEPHA, Milena Andreola / PERMEAR-MG, Tatiana Scalco / SEPLAN e Licia Cardoso / IPAC como moderadora.

Outubro teve como tema os circuitos arqueológicos da Chapada Diamantina, reunindo os depoimentos do professor Carlos Etchevarne / UFBA, Idelfonso Borges e Ednalva Queiroz / IPAC, com a moderação de Carolina Passos / IPAC.

Com esta série, objetiva-se contribuir para o conhecimento e a discussão dos diversos aspectos do patrimônio cultural baiano e, assim, aprimorar sua salvaguarda. Conversas que podem ser lidas como apostilas, “nota breve que se acrescenta geralmente à margem de uma obra, para esclarecê-la ou complementá-la”, uma “coletânea de aulas ou preleções, para distribuição, em cópias, entre os alunos” (HOUAISS), aspecto reforçado pelo Dicionário AULETE: “Conjunto impresso de aulas, capítulos ou temas para uso de alunos”.





Festa da Ajuda, em Cachoeira.

PATRIMÔNIO E FESTAS POPULARES



Carmita Baltar - mediadora do encontro;
Dimitri Ganzelevitch - Associação Viva Salvador;
Jânio Roque Castro - Professor da UNEB;
Paulo Miguez - Professor da UFBA e Conselheiro do Conselho de Cultura do Estado da Bahia.

As festas ocuparam desde os primórdios do nascimento da nação brasileira um lugar destacado na cultura do país e da Bahia, em particular, onde a maioria das manifestações reconhecidas como patrimônio imaterial está registrada no Livro dos Eventos e Celebrações. Visando aprofundar o conhecimento do tema e nortear as políticas públicas de salvaguarda, reuniram-se estudiosos, produtores culturais e demais interessados para conversar acerca das múltiplas relações entre as festas populares e o campo do patrimônio cultural.

OS ÍNDIOS, DEPOIS
OS PORTUGUESES,
ESPECIALMENTE, OS
PORTUGUESES E OS
TANTOS AFRICANOS,
QUANDO SE JUNTARAM
AQUI, ACABARAM
POR PERMITIR A
MULTIPLICAÇÃO
DESSE DITADO
LATINO, ROMANO,
E PRODUZIRAM UM
PAÍS EM QUE A FESTA
TEM UM LUGAR
ABSOLUTAMENTE
ESPECIAL.

4 PATRIMÔNIO E FESTAS POPULARES

Carmita Baltar (Mediadora): Então algumas dessas visões, dessa interdisciplinaridade, vão ser oferecidas hoje, por nossos palestrantes e pela ordem de apresentação. Nós teremos inicialmente o professor Paulo Miguez, que é Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia, onde é Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciência; o Coordenador do Programa Multidisciplinar em Sociedade e Cultura; Conselheiro do Conselho Estadual de Cultura e que vai nos apresentar como tema, o Carnaval.

Depois teremos o professor Jânio Castro, que é Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA; professor da UNEB; ele abordará as festas de São João e tratará especialmente de Cachoeira.

E senhor Dimitri Ganzelevitch, que, como ele mesmo gosta de se definir, é um agitador cultural, é curador e colecionador de peças de arte popular, fundador da Associação Viva Salvador; ele tratará, nesta tarde, das relações entre cultura popular e o Centro Histórico de Salvador, mais especificamente, das festas de Santo Antônio e Santa Bárbara. Conforme o acordado com a coordenação do seminário, cada palestrante terá trinta minutos para a sua apresentação, e eu terei a função pouco simpática de alertá-los sobre os horários, para que a gente possa depois ter um debate mais profícuo e proveitoso. Que aproveitemos à tarde! Professor.



Paulo Miguez: Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer imensamente o convite do IPAC, do meu colega Fred Mendonça, para poder compor essa mesa e antecipar a vocês. Talvez eu vá criar uma situação pouco elegante, porque eu tenho aula na Universidade às 17h, e, em final de semestre, a coisa começa a complicar um pouco e, eventualmente, se o debate se estender, eu vou ter que sair um pouco antes das 17h. Já antecipo aqui as minhas desculpas por essa deselegância.

Bom, há uma frase em latim que se refere ao carnaval, que é muito interessante e que traduzida para o português quer dizer o seguinte: “Pelo menos uma vez por ano é lícito endoidecer”. Eu diria que nós brasileiros, por conta dos três grandes corpos de cultura que acabaram formando a cultura brasileira, que já estavam aqui antes disso ser Brasil, os índios, depois os portugueses, especialmente, os portugueses e os tantos africanos, quando se juntaram aqui, acabaram por permitir a multiplicação desse ditado latino, romano, e produziram um país em que a festa tem um lugar absolutamente especial.

Em um livro que talvez muitos de vocês conheçam, que é um belíssimo trabalho do professor Emanuel Araújo, chamado de *O Teatro dos Vícios*, ele contabiliza no tempo colonial um total de 104 festas fixas por ano, no Brasil. Entre domingos, feriados e dias santificados, eram 104. Claro que fora dessa contabilidade estavam as festas de ocasião, que eram muitas: a mudança de uma imagem de uma igreja para outra, gerava uma festa; a despedida de um vice-rei, a chegada de um novo vice-rei, um batizado, um casamento de alguma autoridade, a morte, enfim, tudo isso compunha esse cardápio, esse repertório infinito de festas na vida colonial brasileira. Por isso tudo, eu acho que a gente pode dizer – recorrendo a Oswald de Andrade, que diz que, entre nós, a festa é a prova dos nove –, nós não nos aplicamos sem a festa. Nós temos, e a muitos talvez incomode, a ideia de que tudo no Brasil acaba em festa. Eu acho isso genial! Eu acho que é péssimo nos Estados Unidos, que tudo acaba em guerra. Entre nós, tudo acaba em festa. Melhor, absolutamente impossível. Só mesmo algum ranço elitista que ainda costuma botar a cara na tela, na vida brasileira, porque imagina que festa é coisa de preto pobre, de subdesenvolvido, e que bom seria se fôssemos reconhecidos no mundo por sermos uma grande potência econômica, enfim, coisas do gênero.

Então, eu acho que o ponto de partida é o reconhecimento de que a festa ocupa o lugar central no corpo de cultura, no nosso país, e, no caso baiano, isso pode ser ainda mais potencializado por várias razões. Até porque boa parte do repertório de festas brasileiras tem início, de alguma forma, no momento em que a Bahia ocupava um lugar de liderança, nos princípios da aventura brasileira. E, então, entre nós, a festa é algo absolutamente comum. Nós conseguimos desenvolver, por exemplo, uma tecnologia de corpo; na festa, não nos incomoda o contato, não temos dificuldade de transitar entre a multidão, algo impensável, até mesmo para alguns brasileiros de outras paragens. Mas entre nós, não há problema nenhum em atravessar uma avenida entupida com um trio elétrico, não temos efetivamente esse problema. Aliás, eu acho que a gente gosta e, de certo sentido, é um excelente exemplo do que poderíamos chamar de uma civilização da pegação; a gente adora se pegar, mesmo em momentos onde... numa fila de banco, por exemplo, a gente se pega: você tem horas aí? Essa fila é para cheque ou para depósito? Isso é um elemento fundamental da nossa maneira de ser e, evidente-

mente, que isso contribui para que a festa seja ainda mais interessante; que a gente se sintam bem para dançar, enfim, entre várias coisas.

Mas o fato é que esse repertório imenso de festa que a gente tem no Brasil, no qual se incluem, além das grandes festas brasileiras, as festas carnavalescas, as do ciclo junino, algumas outras festas mais julgadas pela dimensão religiosa. O fato é que especialmente essas grandes festas sofreram aquilo que chamamos de algumas inflexões contemporâneas, nos últimos 30, 40 anos. Eu registro como três importantes inflexões: primeiro o turismo, quando todo mundo descobre o carnaval da Bahia, por volta da metade dos anos 70. É bom lembrar que até Caetano gravar *Atrás do Trio Elétrico*, pouca notícia existia no resto do país sobre essa coisa maravilhosa chamada de trio elétrico. A partir daí, começa a haver um interesse pela festa e, enfim, o carnaval da Bahia vai assumindo, portanto, uma importância grande no esquema do turismo.

Junto com isso vem um processo também contemporâneo que é a apropriação dessas grandes festas pela mídia. As festas passam a ter um espaço midiático importante. Melhor exemplo disso, seguramente, é o carnaval do Rio de Janeiro. O que a Globo deve vender, por exemplo, em cima do carnaval do Rio de Janeiro, do ponto de vista internacional, em termos de imagem, deve ser uma coisa absolutamente espetacular. O carnaval das Escolas de Samba, porque é bom lembrar que o carnaval das Escolas de Samba não resume o carnaval do Rio de Janeiro, mas é um espetáculo midiático importantíssimo.

E outro, a junção dessas coisas, a espetacularização que todas essas grandes festas experimentaram. Isso vale para o São João, isso vale para o carnaval, isso vale para o Parintins, que há poucos dias a gente acabou de assistir, isso vale para outras festas brasileiras. Evidente que essa combinação explosiva — mídia, turismo, espetáculo — acaba produzindo inevitavelmente uma dimensão de mercado dentro destas festas. O mercado vai se instalar e vai produzir inúmeras possibilidades, inúmeras opções, que vão desde aquelas que envolvem atividades artísticas propriamente ditas, contratação de banda, dançarino, músico, *designer* etc., até outras áreas que são alcançadas por essa economia da festa, que se estabelece a partir dessa conjunção de inflexões contemporâneas.

Isso não foi diferente no carnaval da Bahia e eu acho que, em relação ao São João, a reflexão que o meu colega e amigo Jânio tem caminha muito na mesma direção; e também chegou forte no ciclo de festas juninas, na Bahia e fora da Bahia, e quem viu agora, Campina Grande, enfim, Caruaru, etc. O grande problema é como a gente enfrenta isso, do ponto de vista que isso é uma realidade e vamos combinar que mercado não se abole por decreto, senão a gente teria boa parte dos nossos problemas resolvidos. Já pensou se pudéssemos abolir o mercado da Saúde, da Educação? Então, isso não existe por decreto. Portanto, nós temos que procurar uma perspectiva de análise para enfrentar esse problema, que é um problema real, concreto, está aí, alcança as grandes festas, elas continuam existindo, continuam produzindo alegria, continuam produzindo coisas maravilhosas, mas enfrentam riscos, enfrentam desafios.

Então devemos tratar disso, em vez de ficar imaginando que o problema é o mercado. O problema não é o mercado, porque aí há duas questões: as pessoas esquecem que mercado não é sinônimo de capitalismo; há mercados que não são capitalistas; há possibilidade de construção do mercado onde a competição não seja a regra, mas a colaboração seja. O mercado cultural latino-americano, por exemplo, aquilo que o Ruy César faz há muitos anos, com grande competência, é um exemplo de que há mercados em que a regra capitalista não se aplica. Então, é bom lembrar isso, que o mercado é anterior ao capitalismo, inclusive do ponto de vista histórico.

Segundo, seria um caso de estudo, festas tão grandes envolvendo tanta gente, tantos interesses, não desenvolveram uma dimensão mercantil. Por que o capitalismo não chegaria ao carnaval da Bahia, às festas de São João? Por obra e graça do Criador? Só se fosse, porque alcançou a religião, alcançou o meio ambiente, alcançou todas as outras dimensões da cultura, por que não alcançaria as grandes festas brasileiras? Eu confesso que não conseguiria encontrar uma resposta. Então, pensar no carnaval nos obriga, primeiro, a abandonar duas perspectivas que me parecem falsas. Eu brinco com meus alunos dizendo que nesses dois blocos, por favor, não saiam no carnaval: um é o da nostalgia. Não adianta a gente querer discutir o carnaval, hoje, com saudades do carnaval da nossa juventude, porque na época em que eu era jovem, papai também tinha uma saudade imensa do carnaval da juventude dele, dizia que meu carnaval era horrível, não prestava; eu não tenho coragem de dizer isso hoje a minha filha, que está na faixa dos vinte e tantos anos: seu carnaval é horrível, não presta; bom era no meu tempo. E claro, eu era jovem, tinha uma disposição física imensa e, agora, convencer alguém que hoje tenha dezoito anos, que bom era no tempo em que ele, no máximo, tem formação histórica, é de uma perversidade brutal, inclusive um problema. É uma tentativa de não enfrentar o problema

O MERCADO VAI SE INSTALAR E VAI PRODUZIR INÚMERAS POSSIBILIDADES, INÚMERAS OPÇÕES, QUE VÃO DESDE AQUELAS QUE ENVOLVEM ATIVIDADES ARTÍSTICAS PROPRIAMENTE DITAS, CONTRATAÇÃO DE BANDA, DANÇARINO, MÚSICO, *DESIGNER* ETC., ATÉ OUTRAS ÁREAS QUE SÃO ALCANÇADAS POR ESSA ECONOMIA DA FESTA, QUE SE ESTABELECE A PARTIR DESSA CONJUNÇÃO DE INFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS [O TURISMO, A MÍDIA E A ESPETACULARIZAÇÃO].

DEVEMOS
COMPREENDER QUE
A FESTA SE MOVE, A
CULTURA É DINÂMICA.
EU TENHO PAVOR A
HISTÓRIA DE CULTURA
DE RAIZ, PORQUE
ISSO FICA EMBAIXO
DA TERRA, NINGUÉM
VÊ, E É PRESA, E
CULTURA NÃO É
PRESA. A CULTURA
ANDA, GIRA E É ISSO
QUE A TORNA RICA, É A
TERCULTURALIDADE,
É O CONTATO, É A
TROCA, É A MUDANÇA.
ISSO É O QUE EU
ACHO GENIAL. O QUE
A GENTE TEM É QUE
PROTEGÊ-LA, NÃO
PRESERVÁ-LA.

6

PATRIMÔNIO E FESTAS POPULARES

que, como era bom naquele tempo e aquele tempo não voltará mais, porque naquele tempo a cidade tinha um terço a menos de habitantes, não era tão desigual quanto é hoje, tínhamos comando político, talvez, porque há oito anos não temos nada na cidade; a cidade está entregue às moscas, enfim, a situação era outra.

Algumas coisas, inclusive, são engraçadas, porque, durante o carnaval, costumam me colocar perguntas incríveis: “Professor, como é que nós faríamos para ter de volta a Praça Castro Alves?” Eu respondi: Olha, a primeira condição, eu estou fora, que é restaurar a ditadura militar no Brasil. Eu estou fora. A praça só foi possível com as características que hoje celebramos na memória; esta, sim, é importante para o carnaval, porque vivíamos num tempo de repressão e a praça era um espaço de zona libertada — fumávamos maconha, os gays namoravam, fazíamos sexo ao ar livre de dia, fazíamos tudo que era proibido no resto da cidade, e como todos fazíamos, todos, embora, hoje, alguns recusem o que possam ter feito naquela época, eu não recuso; eu assumo todas, como diria Caetano. A polícia nem intervinha, porque senão teria que prender todo mundo. Então, não dá para fazer a Praça Castro Alves de novo. Eu sinto muito, até porque eu não topo ir à reinauguração, por causa da idade, mais sexo, droga e *rock and roll*, em altas proporções, no mesmo dia, eu confesso que eu tenho que fazer algumas escolhas. Então, por aí, não vamos a lugar nenhum.

Agora, é óbvio, a outra coisa: o encontro de trios que precisamos reviver na praça. Aí cai a praça. Há arquitetos presentes aqui, há um problema de piso; trios com 32 toneladas não podem fazer o encontro na praça. Então o que a gente tem que apostar, numa hora dessa, é na reinvenção da festa. Brown reinventa a festa quando faz um arrastão na quarta-feira, que é uma forma de substituir o trio elétrico. Então veja, eu falei de nostalgia porque eu acho que no fundo o que a gente tem e é normal, e é bom, são saudades da juventude. Agora, a memória da festa é importante para tentar compreender como ela se constituiu e o que essas inflexões contemporâneas terminaram produzindo de malefícios a ela e que podem ser sanados, porque algumas coisas não poderão ser sanadas, porque algumas manifestações tinham a ver com um determinado momento, e esse momento se foi, alguma coisa o substituiu com muita força, com muita presença cultural. Por exemplo, os blocos de índio, por mais que eles animem a minha memória — era lindo ver os Apaches descer a avenida —, o público que produziu os blocos de índio foi para os blocos afros, quando surgiram em 1975. Então, ou é uma coisa ou é outra. Mas, podemos fazer alguma coisa por eles? Sim, claro. Os Apaches existem, existem alguns outros. Você pode fazer alguma coisa, mas não adianta querer fazer com que os Apaches voltem a ter cinco mil homens, não é? Porque esses cinco mil homens estarão nos blocos afros ou em outros blocos.

Então, temos que compreender que a festa se move, a cultura é dinâmica. Eu tenho pavor a história de cultura de raiz, porque isso fica embaixo da terra, ninguém vê, e é presa, e cultura não é presa. A cultura anda, gira e é isso que a torna rica, é a interculturalidade, é o contato, é a troca, é a mudança. Isso é que eu acho que é genial. O que a gente tem é que protegê-la, não preservá-la. A gente preserva espécies de animais e vegetais, a cultura a gente protege, para que ela possa se desenvolver sem interferências, às vezes, muito mais duras como é o caso de interferência de mercado. Então, eu acho que a perspectiva, se a gente recusa essa, outra que a gente tem recusar, que é muito comum, a gente olha para o carnaval e vê o absurdo da exploração dos pobres na cidade. Por que isso?

Olha, vamos combinar uma coisa: eu acho que exigem demais do Rei Momo, às vezes porque nós temos governadores, prefeitos e presidentes que têm mandato de quatro anos e não resolvem o problema da desigualdade no Brasil. Vocês querendo que Momo resolva isso em cinco dias é de uma perversidade com o soberano, que não tem ministros nem orçamento, é imensa! E olha que ele já faz mais, em todas essas questões aqui: emprego, renda, ocupação dos espaços de forma mais democrática do que nos outros dias do ano. Um simples exemplo, aqui, agora. Estamos perto da Vitória, esse bairro chiquérrimo que a cidade tem. Eu, num carnaval anterior, passava meia noite, uma hora da manhã, em direção à Barra e vi um grupo de jovens, vinte, trinta jovens, entre vinte, quinze anos talvez, deitados em frente de um daqueles espetaculosos prédios que, obviamente, tem o nome estrangeiro, namorando alguns, outros comendo, bebendo, falando alto, outro cantando, um de porre, e nada aconteceu. Vocês imaginam que isso seria possível hoje à noite? Não. Se encontrassem trinta jovens, e todos negros, mestiços, seriam presos imediatamente; alguém telefonaria, chegaria a polícia, ia ser um arrastão. Mas, no carnaval, não; no carnaval, a cidade é mesmo dos pobres. Que pobres? Da cidade. Reconhecem que a festa permite a eles ocuparem esses espaços. Há pessoas que dependem só do carnaval para produzir apenas uma rendinha desse tamanhinho, mas é o carnaval que ajuda. E, então, Momo já faz mais do que o governador e o prefeito. Para resolver alguns dos problemas,

querer que o carnaval resolva o problema da desigualdade, um problema para mim que só pode ser de política pública, também é outro absurdo. Então não vamos a lugar nenhum. Portanto, eu acho que a perspectiva é essa que a mesa propõe aqui, pensar na festa como um patrimônio, e como patrimônio, há um conjunto de questões que podem efetivamente ser tocadas.

A primeira delas é cobrar responsabilidade do Estado com isso. É um absurdo o desrespeito que se assiste no carnaval, mas também em relação às festas juninas, quando o Estado se contenta em ser mais um agente de mercado disputando patrocínios. A única coisa que o Estado faz bem nessas festas, e merece aplauso, é a capacidade que desenvolveu, nos últimos anos, de prover a festa de infraestrutura de serviços, segurança, saúde pública, limpeza pública, iluminação, esgotamento sanitário, trânsito, transporte; é uma maravilha. A cidade funciona melhor no carnaval, por exemplo, funciona muito melhor. Mas ele se recusa a assumir o papel que ele tem como entidade responsável pelo patrimônio e não toma conta do patrimônio, permite que se faça o que se quer com as festas, porque ele é mais um que vai disputar. Então isso é que tem que se mexer, cobrar do Estado, não é?

No caso nosso do carnaval, é impressionante, inclusive, porque é uma posição esquizofrênica do Governo do Estado. Por um lado, a Secretaria de Cultura aciona políticas, desde a gestão passada o Secretário Albino continua fazendo, que deslocam a relação do Estado com as entidades carnavalescas da ótica de mercado para ótica cultural, de patrimônio, com o Programa Ouro Negro, por exemplo. Aí vem o Estado e coloca na condução do carnaval, na Comissão, na Coordenação do carnaval, que é composta de três membros, uma pessoa que representa a BAHIAUTURSA, que tem uma lógica, óbvio, de turismo, que é a mesma lógica da SALTUR, que é outro membro da Coordenação. Evidente que os problemas vão continuar. Lógico, porque a lógica do turismo não pode ser a lógica que deve conduzir o negócio do carnaval, a festa carnavalesca. Ela é uma das dimensões importantes do carnaval, é claro que é, é óbvio, mas não pode ser ela que deve ditar as cartas. E é ela que diz. O Estado, por um lado, bota dinheiro para que aquilo, efetivamente, seja tratado como patrimônio, por outro, dá autorização para que aquilo seja conduzido como algo que não é patrimônio, que é um patrimônio que merece apenas ser explorado. Essas coisas, efetivamente, é que têm que ganhar outra dimensão.

Eu diria, para finalizar aqui, a minha perspectiva de análise é essa: compreender como Patrimônio, e como Patrimônio, eu acho que algumas coisas precisam ser feitas com rapidez, em que pese o fato que desta administração municipal, infelizmente, não se pode esperar nada mais, a não ser que acabe logo, definitivamente, antes que acabe conosco. Estes desafios, para mim, são: primeiro, é preciso criar mecanismo de governança da festa. Uma festa com esse tamanho, envolvendo tantos atores, tem que ter uma governança democrática que o Conselho já se mostrou incapaz de fazer, até porque ele é viciado de partida; ele se compõe apenas, e praticamente, dos interessados no negócio carnavalesco. São corporações que estão ali ou instituições fantasmas. Vocês se lembram de alguns; os velhos, certamente lembram, mas os da minha geração para frente jamais saberão nem o que isso significa – cronista carnavalesco –, nessa cidade, tem algum mais?

Tinha, no tempo que as Duas Américas faziam o grito do carnaval, a Rádio Sociedade tinha orquestra. Não existe, mas tem uma Associação que tem assento no Conselho e vota. Evidente que há alguma coisa mal explicada. Associação dos Clubes Carnavalescos, Associação Baiana, o late; é óbvio que isso é uma coisa absolutamente desrespeitosa. Então esse é o Conselho que faz o carnaval, que discute como é que vai ser o carnaval. Então tem que mudar a governança, a estrutura, mas isso depende da Câmara de Vereadores, porque o Conselho tem que estar na Lei Orgânica do Município ou em lei de iniciativa da Prefeitura, que, aliás, não tem iniciativa nenhuma, para nada; ou da Câmara de Vereadores, que, também, talvez não tenha porque tem interesses no negócio, então não quer mexer. Sem mexer por aí, não vamos a lugar algum. Aí se escuda o Governo do Estado, que diz que não pode fazer nada porque isso é da cidade, quem cuida disso é Prefeito. Pode sim, porque o Governo do Estado tem quatro votos no Conselho e bota 55 milhões na festa. Pode chamar o Prefeito na chinha – perdoem a expressão, mas é a que me ocorre agora. Não faz porque não quer, porque talvez, politicamente, não seja conveniente brigar com o Prefeito. Enfim, aí entram todas as coisas que já conhecemos no mundo da política e que, às vezes, quando resvalam para a Cultura, produzem desgraças terríveis.

A segunda coisa é o problema da regulação do mercado. O mercado, como eu disse, a gente não pode abolir por decreto. Não vai fazer de conta que vai voltar o tempo em que não havia mercado, até porque sempre houve, ainda que pequenininho, sempre houve. No entrudo havia, era uma forma dos pretos libertos ganhar algum trocado vendendo limões de cera, por exemplo. Desde que o trio elétrico foi inventado, que a possibilidade do negócio se instalou e que aquela coisa, além de ser uma coisa ge-

A PERSPECTIVA É
ESSA QUE A MESA
PROPÕE AQUI: PENSAR
NA FESTA COMO
UM PATRIMÔNIO, E
COMO PATRIMÔNIO,
HÁ UM CONJUNTO
DE QUESTÕES
QUE PODEM
EFETIVAMENTE SER
TOCADAS. A PRIMEIRA
DELAS É COBRAR
RESPONSABILIDADE
DO ESTADO COM ISSO.
A SEGUNDA COISA
É A REGULAÇÃO DO
MERCADO.

TEM QUE TER MAIS ESTUDOS NESTA ÁREA; SÃO POUCOS ESTUDOS, AINDA, BONS, MAS POUCOS. TEM QUE TER UMA AGENDA DE PESQUISA, POR EXEMPLO, PARA RESGATAR A MEMÓRIA CARNAVALESCA; OS MAIS VELHOS ESTÃO INDO EMBORA, É PRECISO QUE ELES PRODUZAM DEPOIMENTOS; PESSOAS QUE TÊM FILMES, FOTOS ETC., É UM ESCÂNDALO UMA FESTA COMO ESSA NÃO PRODUZIR UM GRANDE MUSEU. É UM ABSURDO; ATÉ MESMO DO PONTO DE VISTA DO TURISMO.

8

PATRIMÔNIO E FESTAS POPULARES

nial do ponto de vista cultural, era genial para atividade do comércio, para publicidade e propaganda. Mas, então, vamos abolir o comércio? O comércio regula fortemente, duramente, mas há três, quatro, cinco coisas bem simples que mudariam um pouco a cara do carnaval:

O espaço público. Acabar com o carro de apoio; o carro de apoio não tem nenhuma dimensão cultural, ele só agrega valor ao negócio do cara, porque é um banheiro particular, um médico, um sanduiche de salmão pronto. A gente tem banheiro público na cidade, a gente tem ambulantes, são 30 mil – basta cadastrar o ambulante, botar nele uma roupa bonitinha, para não acharem que o ambulante está maltrapilho e põe dentro do bloco para vender –, e médico? O Estado gasta milhões com assistência à saúde no carnaval e a assistência é maravilhosa; quem teve que passar por um posto de saúde sabe disso. O cuidado é grande, há uma capacidade, uma competência instalada aí, e negociável. Então, carro de apoio é apenas um poleiro para papagaio de pirata; aquele pessoal que fica ali de cima dando adeus para aparecer na televisão. Corta aquilo. Sabe o por quê? Cada carro toma 30 metros de rua; 40 carros tomam 1200 metros. Isso é um terço do percurso Barra-Ondina, que você ganharia de espaço público para os foliões pipoca.

Não precisa dizer, “vamos acabar a corda?”. Não vamos acabar a corda. Porque a corda sempre existiu; havia blocos, lá na metade do século, e eram chamados de cordões carnavalescos porque já havia corda. Corda não é invenção do negócio. A corda foi requalificada, redimensionada pelo negócio. Então, tratar de regular a corda, o tamanho dela e coisas do gênero.

E por último, como a dimensão que eu estou propondo é que seja um caminho de compreensão da festa, que ela seja o Patrimônio, precisa de política pública para isso, política pública para o Patrimônio, de defesa do Patrimônio. É preciso, por exemplo, que se avance mais do que o Governo do Estado já avançou.

Outra coisa que merece registro elogioso aqui é a produção dos números da festa, porque nós não temos esses números e sem números não há política pública. Que bom que agora sabemos quantos estão dentro das cordas e quantos estão fora da corda; é um número medido, o olho apenas não funciona. Que bom que sabemos isso, e podemos dizer: veja, tantos estão fora, a maioria larga, portanto as políticas têm que ser destinadas a esse pessoal. Porque eu posso dizer: é por isso que eu vou fazer, tem que ter mais estudos nessa área; são poucos estudos, ainda, bons, mas poucos. Tem que ter uma agenda de pesquisa, por exemplo, para resgatar a memória carnavalesca; os mais velhos estão indo embora, vão fazer festa em outro lugar. Agora, é preciso que eles produzam depoimentos, pessoas que têm filmes, fotos etc.; é um escândalo uma festa como essa não produzir um grande museu.

Há lá o Museu da Língua Portuguesa. É um absurdo; até mesmo do ponto de vista do turismo isso é interesse, porque assim você estenderia a presença do turista aqui, após o carnaval; ele iria querer visitar o Museu do Carnaval, como é em Nova Orleans, onde eu fiquei agora três meses estudando o carnaval. Então isso pode ser feito. Seria genial. O governador poderia, inclusive, se aproveitar muito bem disso para inaugurar, na Copa do Mundo, um Museu do Carnaval. Bota esses caras que têm grandes negócios, convoca-os a participarem, como iniciativa privada, do museu. Eu acho que eles topariam. Criar um fundo de desenvolvimento carnavalesco, que toda movimentação financeira durante o carnaval engrossasse esse fundo, que criasse um fundo; saí dinheiro para quê? Você tem mil formas de enfrentar os desafios que o carnaval tem colocado, hoje, para a gente.

Como é agenda de pesquisa – e aí eu estou finalizando mesmo – estão se perdendo memórias importantes, por exemplo, as escolas de samba da Bahia, é preciso fazer o registro disto. Não é revivê-las porque elas não vão reviver. Sabe por quê? Porque quem tocava nas belíssimas baterias – Diplomatas de Amaralina, Filhos do Tororó etc. – estão fazendo samba reggae hoje, nos blocos afros, ou estão engrossando os blocos de samba, que é um formato novo para o gênero samba, no carnaval da Bahia. Então, não é reviver, é recuperar isso, é criar uma memória disso para quem queira estudar. Os blocos dos anos 40, 50 – Mercado de Bagdá, Cavalheiros de Bagdá – a memória de Nelson Malheiro, de Arquimedes, que foi, durante anos, presidente da Federação dos Clubes Carnavalescos. Há uma agenda de pesquisa que é importante que seja feita.

Agora, para encerrar, eu diria só o seguinte: não sei, aí é uma questão técnica – que confesso que não a alcanço – em relação ao problema do registro dos bens, no Livro das Celebrações. Não sei quais são os requisitos, não me arriscaria a fazer uma afirmação. Aqui na sala há técnicos, especialistas que entendem bem do assunto, mas eu creio que é preciso pensar no que pode ser feito. Agora, ainda que nada possa ser feito, isso não desobriga o Estado de tomar conta do patrimônio, não desobriga o Estado e não nos desobriga, por exemplo, de, quem sabe, uma ação pública contra o Prefeito e o Governador pela maneira como tratam o carnaval da Bahia. Obrigado.

Carmita Baltar: Obrigada, Professor Miguez, cumpriu o tempo rigorosamente. Então, vamos convidar agora o professor Jânio Castro para nos falar sobre o São João.



Jânio Castro: Boa tarde. Apesar da gripe, boa tarde a todos e a todas. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite para participar dessa mesa de discussões tão interessantes, tão oportunas, não é, Paulo? Pouco se discute a festa, no “Estado das festas”, e isso eu sempre falo lá no Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, da UNEB, no qual eu ministro aulas. Eu estava conversando com uma orientanda sobre isso, recentemente. Fala-se tanto que a Bahia é a terra das festas, e pouco se discute, do ponto de vista acadêmico, do ponto de vista educacional, as festas populares. É uma temática interessante, que deve ser bem discutida, que deve ser bem trabalhada.

Vou começar minha explanação a partir de uma pergunta que o jornalista Robson Durval me fez na TVE, no programa TVE Revista, da semana passada; na oportunidade, a temática em discussão eram as festas juninas. Não exatamente com essas palavras, mas a pergunta foi assim: “O São João está descaracterizado? Perdeu sua identidade?” Tem algumas palavras que constam em planos diretores urbanos como resgate, resgate cultural, que devem ser repensadas. Há sempre essa preocupação de se resgatar, mas como dizem por aí, quem resgata mesmo é bombeiro. A palavra resgate, do ponto de vista da cultura, é muito complicada, porque eu vou na linha do que Paulo [Miguez] colocou aqui. As condições socioculturais que dão uma energia a determinadas manifestações culturais no passado deixaram de existir, por isso que determinadas manifestações deixaram de existir como elas eram em uma determinada época. Estamos vivendo outra época, outro contexto social, cultural, político; então eu acho complicada essa ideia de se ter esse olhar nostálgico, a partir do retrovisor, ou seja, as festas juninas, já entrando no assunto, não são como eram antes e acabou.

Curiosamente, circulando de carro por algumas cidades do Recôncavo, você observa várias situações de festas juninas, e é essa diversidade no festejar que eu quero trazer aqui para discussão. Eu gosto muito de usar a palavra reinvenção e a palavra coexistência. Ao se transitar por algumas cidades do Recôncavo, no período junino, você nota que ainda existe a festa familiar, a festa da rua, a festa de casa em casa, a megafesta mercantilizada de camisa, as festas na praça pública; há festas de diversas formas. Então, essa diversidade nos faz entender como é complexo se analisar o que são as festas juninas atualmente.



FALA-SE TANTO QUE A BAHIA É A TERRA DAS FESTAS, E POUCO SE DISCUTE, DO PONTO DE VISTA ACADÊMICO, DO PONTO DE VISTA EDUCACIONAL, AS FESTAS POPULARES. É UMA TEMÁTICA INTERESSANTE, QUE DEVE SER BEM DISCUTIDA, QUE DEVE SER BEM TRABALHADA. EM CIDADES DO RECÔNCAVO, VOCÊ OBSERVA VÁRIAS SITUAÇÕES DE FESTAS JUNINAS, E É ESSA DIVERSIDADE NO FESTEJAR QUE EU QUERO TRAZER AQUI PARA DISCUSSÃO.

ESSA FORMA DE FESTEJAR O PERÍODO JUNINO É TIPICAMENTE NORDESTINA; NO CENTRO-SUL DO PAÍS, PRATICAMENTE, NÃO EXISTE ESSE TIPO DE MANIFESTAÇÃO FESTIVA. ENTÃO, SÃO DIFERENÇAS CULTURAIS. POR MAIS QUE SE FALE DE ESPETACULARIZAÇÃO, MERCANTILIZAÇÃO DA FESTA, MASSIFICAÇÃO DA FESTA, NOTA-SE QUE AINDA SÃO FORTES AS ESPECIFICIDADES CULTURAIS, AS PECULIARIDADES CULTURAIS DE CADA LUGAR.

A expressão cultura brasileira é muito complicada porque o território brasileiro apresenta uma expressiva diversidade cultural. Muitas vezes nota-se uma dificuldade de compreender porque muitos nordestinos que trabalham em São Paulo e no Rio de Janeiro procuram sair de férias no meio do ano. Um amigo de Rio Claro me dizia: “Jânio, eu trabalhei um período em construção civil – ele é engenheiro civil –, e não entendia porque os nordestinos queriam tanto sair de férias no meio do ano. Não pode todo mundo, numa empresa, sair de férias no meio do ano, no mês de junho”. Em São Paulo, no Centro-Sul do país, os meses mais disputados são dezembro e janeiro, que é verão, alta estação; e esse pessoal quer ir para o Nordeste no começo do inverno, no período de chuva? Esse pessoal quer passar o São João em família. Porque a expressão “passar o São João” é até complicada para quem é do Sul do país, porque essa festa não existe por lá. A forma das festas juninas como conhecemos é tipicamente nordestina, tanto a espetacularizada quanto aquela dimensionada nos meios de famílias, ou na casa, ou na rua.

Essa forma de festejar o período junino é tipicamente nordestina; no Centro-Sul do país, praticamente, não existe esse tipo de manifestação festiva. Então, são diferenças culturais. Estou falando do ponto de vista macrorregional, do Centro-Sul para o Nordeste do Brasil há diferenças expressivas e as especificidades continuam no território baiano, na própria Bahia. Por mais que se fale de espetacularização, mercantilização da festa, massificação da festa, nota-se que ainda são fortes as especificidades culturais, as peculiaridades culturais de cada lugar. De Cachoeira para Cruz das Almas são pouco mais de 20 quilômetros de distância – 20/25 quilômetros de distância –, no entanto, entre a festa junina de Cachoeira e a de Cruz das Almas há diferenças imensas.

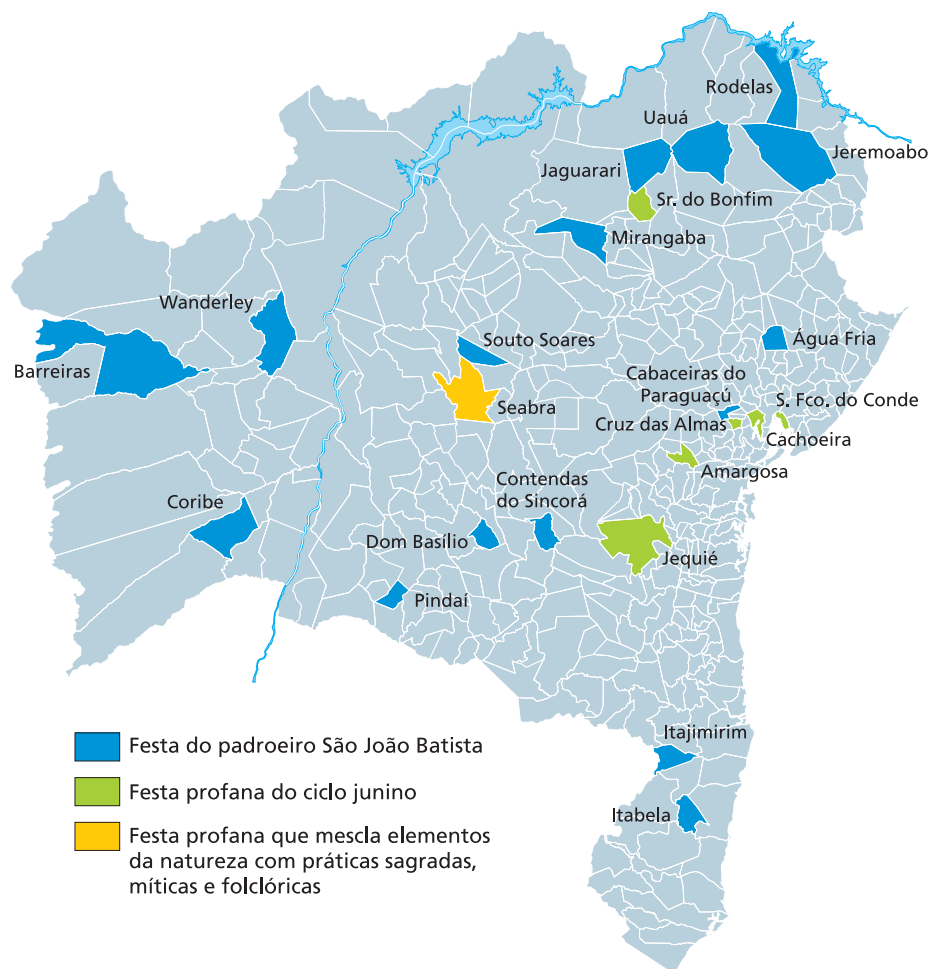
Por mais que seja polêmica, questionável, a guerra de espadas é uma especificidade cultural de Cruz das Almas, que notabiliza a cidade. Cruz das Almas aparece na grande mídia nacional, negativamente ou positivamente, por causa da peculiaridade dessa pirotecnia lúdica. Recentemente proibiu-se a guerra de espadas lá em Cruz das Almas. Aí, alguém me perguntou numa entrevista, em uma rádio local, o que é que eu achava disso, se era certo? Olha, se a Justiça proibiu, do ponto de vista jurídico está certo, porque qualificou a espada como um artefato perigoso e que pode matar. Então, classificando a espada dessa forma, está correto. Do ponto de vista cultural acho essa atitude questionável. Eu estou trabalhando com a ideia de que se deve racionalizar o uso e não se proibir uma prática cultural secular.

Só para se ter uma ideia, na década de 1960, um juiz também proibiu a guerra de espadas em Cruz das Almas e, segundo relatos de alguns moradores, não conseguiu sucesso porque nem mesmo alguns policiais concordavam com a proibição efetiva da guerra de espadas. Isso eu estou falando da década de 1960, ditadura militar, aquele contexto do “proibido proibir”. Muitas pessoas que tocavam espadas lutavam contra a ditadura militar, colocando faixas para chamar a atenção, e soltavam espadas na praça, segundo relato de moradores locais. Então havia uma relação entre a prática cultural e a manifestação política, o ativismo político! Ou seja, racionalizar nos gabinetes uma prática cultural não é coisa fácil.

Portanto, dizer que se vai acabar com a guerra de espadas, que vai se colocar aqui, ali, acolá não é uma tarefa fácil. Aventou-se, inclusive, a possibilidade de se fazer um espadódromo, que seria uma área específica para se tocar espada em Cruz das Almas. Aí, novamente, uma rádio local me ligou: “Professor Jânio, o que o senhor acha disso?” Eu digo: eu acho uma aberração! Primeiro problema: Cruz das Almas é uma das cidades do Recôncavo em que a valorização do solo urbano é a mais elevada. Já era assim por conta da Escola de Agronomia, da EMBRAPA e de outras instituições importantes. Com a chegada da UFRB, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, o solo urbano ficou mais valorizado ainda. Tanto é que uma importante faculdade privada de Cruz das Almas se transferiu recentemente para o município de Governador Mangabeira, porque o solo urbano de Cruz das Almas está hipervalorizado. Então, vai-se construir um estádio para se deflagrar a guerra de espadas uma vez no ano, comprando espaço físico a um preço absurdo?

A segunda questão a se destacar é a tendência atual para se formalizar, do ponto de vista físico-espacial, as práticas e manifestações culturais, que é o que aconteceu com o Rio de Janeiro. Ali você tem uma racionalização física do carnaval; arquibancada de um lado, arquibancada do outro e as escolas de samba desfilam para o público. Ou seja, de uma forma ou de outra, a festa está “enclausurada”, do ponto de vista físico-espacial, porque ela está delimitada àquele espaço racionalizado. Claro que há o carnaval de rua, com toda a sua espontaneidade, mas me refiro àquele carnaval espetacularizado e midiaticado das escolas de samba que é bonito, mas é uma festa de arena; a avenida se transforma em uma arena midiaticada.

E o terceiro item é o seguinte: para os participantes da pirotecnia lúdica das espadas, o interessante é a rua. Deve-se racionalizar? Claro! Não se vai permitir que se lancem espadas próximo de um posto de gasolina ou de um hospital. Mas não é apenas com decreto que se vai resolver essa situação; é com discussão, com diálogo, com proposições; é com argumentação, com contra-argumentação; é com estudos. Quer dizer, é só para se ter uma ideia de como a questão é complexa. Portanto, a questão cultural, quando se fala do São João, envolve vários aspectos. Eu estou aqui falando de um aspecto relacionado ao uso do espaço público, da questão política, da questão social, quer dizer, são vários aspectos. É por isso que eu procuro analisar as festas juninas da atualidade, do ponto de vista de cinco dimensões espaciais.



Uma delas, que eu coloco em destaque, é a casa. Aí algumas pessoas falam: “Ah, mas o São João de casa em casa acabou!” Eu discordo; não acabou. O São João de casa em casa, no passado, era feito na noite do dia 23 de junho, que era o dia em que se acendiam as fogueiras em frente às residências, e as pessoas saíam de um lugar para outro, de uma casa para outra, para tomar licor e por aí vai. Só que, naquela época, não existia a festa da rua, da praça pública. Com a festa da rua, houve uma mudança. As pessoas acendem a fogueira e saem para os “arraiás” nas praças públicas e, no outro dia, que é o dia 24, durante o dia, as pessoas circulam de uma casa a outra, de um ponto a outro, pelas ruas.

Então, tem uma primeira dimensão espacial, a casa; a segunda é a rua; a terceira, a praça pública, que é um mega ponto estruturador dos fluxos dos deslocamentos. As pessoas se deslocam para as praças para assistirem aos mega-shows. A quarta são as arenas privadas, os chamados “forrós de camisa”, que, inegavelmente, expressam claramente a face da mercantilização das festas juninas. E a quinta dimensão espacial para análise são os deslocamentos transregionais. Há 40, 50 anos atrás, não se poderia conceber a ideia de que as pessoas poderiam viajar 400, 500 quilômetros para passar o São João em outra cidade. O São João era uma festa local e do lugar; local e lugar não são sinônimos. Local é localização, é o ponto; lugar é uma categoria de análise que envolve a memória, a experiência, os laços afetivos.

NA ATUALIDADE, O SÃO JOÃO É UMA FESTA EM QUE HÁ MUITOS INTERESSES EM JOGO. QUAL O CUIDADO QUE SE DEVE TER? DEVE-SE TER O CUIDADO COM A MASSIFICAÇÃO E A MERCANTILIZAÇÃO EXAGERADAS. O SÃO JOÃO NÃO DEVE SER IGUAL EM TODOS OS LUGARES, MERCANTILIZADO E ESPETACULARIZADO, PORQUE DESTA FORMA ELE PERDE O SENTIDO. O ELEMENTO QUE JUSTIFICA O DESLOCAMENTO DAS PESSOAS DE UM LUGAR PARA O OUTRO É A DIFERENÇA, SÃO AS ESPECIFICIDADES CULTURAIS, SÃO AS PECULIARIDADES.

O São João mexia com aspectos simbólicos e afetivos relacionados ao lugar, e era um evento festivo do local porque as pessoas não viajavam tanto como hoje. Na atualidade, o São João é uma festa em que se viaja e muito; há muitos interesses em jogo. As grandes cervejarias investem pesado porque vendem muito no período junino. Há disputas no Recôncavo baiano, por parte de grandes cervejarias, pelo patrocínio de festas de camisa. Qual o cuidado que se deve ter? Deve-se ter o cuidado com a massificação e a mercantilização exageradas.

Voltando para a questão das especificidades locais, deve-se ter cuidado com a massificação porque o São João não deve ser igual em todos os lugares, mercantilizado e espetacularizado; dessa forma ele perde o sentido. O elemento que justifica o deslocamento das pessoas de um lugar para o outro é a diferença, são as especificidades culturais, são as peculiaridades que fazem as pessoas viajarem. Eu não vou viajar 300, 400 quilômetros para ver a mesma coisa. É essa diferença que alimenta os fluxos de festeiros itinerantes; essa peculiaridade deve ser preservada.

Acaba-se a guerra de espadas de Cruz das Almas, acaba-se com a principal peculiaridade dos festejos juninos locais. A festa junina de Cachoeira apresenta elementos que são parecidos com a festa de Jequié, de Senhor do Bonfim, de Caruaru, que é o processo de espetacularização – o megapalco, no qual se apresentam bandas conhecidas nacionalmente –, mas ela tem especificidades culturais relevantes. À tarde dos dias 22, 23, 24, em Cachoeira, você tem as apresentações, exhibições do samba de roda do Recôncavo baiano. Então, levam-se as exhibições do samba de roda para a praça pública. O samba de roda expressa aspectos da peculiaridade local: primeiro no nome, alguns sambas de roda trazem homenagem à toponímia do local de origem, por exemplo, o Samba de Roda Filhos da Barragem – um bairro de Cachoeira –, ou Samba de Roda Filhos de Nagô e Filhas de Iasmin, fazendo menção à cultura de matriz afro-brasileira.

O ápice da visibilidade pública e midiática do samba de roda é o São João. Se você perguntar aos grupos de samba de roda se eles querem deixar de se apresentar no São João a resposta é enfática: Não! Agora, a pergunta que se faz é a seguinte: Vocês são considerados apenas uma antessala para os grandes espetáculos da noite? Porque o samba de roda se apresenta à tarde e início da noite; depois temos os grandes espetáculos, no final de noite. Aí algumas pessoas dos grupos de samba de roda responderam: “Não, o que eu quero mesmo é me apresentar! Eu quero é me apresentar, levar meu samba, levar o nome do meu lugar”; e isso acontece sobretudo quando se canta o bairro, a rua.

Então, a questão importante que se tem de colocar é como o gestor público analisa, como ele aborda isso, trata o São João como uma manifestação cultural, que deve ser respeitada na sua diversidade. Isso é fundamental. O São João hoje virou um negócio político tão expressivo, tão importante que se um prefeito de uma cidade como Senhor do Bonfim, Cachoeira, Amargosa ou Cruz das Almas excluir o São João do seu calendário festivo, ele corre sério risco de perder as eleições. Aliás, o São João, apesar de acontecer só em determinado período do ano, já é objeto de discussão política o ano todo, dentro e fora do período eleitoral. Por exemplo, eu ouvi a seguinte discussão em uma cidade do Recôncavo: “Quer ver melhorar o São João? Eleja fulano, ele vai trazer o São João como ele era”. O outro responde: “Que nada, o São João está bom agora, com a atual gestão”. O São João está sendo cooptado do ponto de vista político-administrativo e sendo cooptado do ponto de vista mercadológico. Esses excessos é que são perigosos.

Agora, quanto ao dinamismo, às mudanças, eu acho que são os processos socioculturais que fluem e que devem acontecer. Eu concordo com o Paulo, quando ele fala que eu não vou querer que se comemore ou que se faça o São João, hoje, como se fazia, por exemplo, na década de 50 do século passado. É um contexto diferente. Não se deve partir desse viés saudosista ou purista.

A espetacularização e a midiáticação excessivas podem ser prejudiciais para determinados eventos festivos. Deve-se ter o cuidado de promover a festa como ela é, respeitando as especificidades de cada lugar, isso aí eu acho fundamental, eu acho importante. Porque a diferença é a seguinte: a Paraíba tem um megaponto do São João, Campina Grande, que utiliza como *marketing* impulsor a marca de “O Maior São João do Mundo”; assim como Caruaru é o megaponto da festa junina de Pernambuco. Não é que só tenha Caruaru; há outros, mas o megaponto midiaticado é Caruaru, “a capital brasileira do forró”, “a capital mundial do forró”, como é veiculado midiaticamente. A ideia de capital pressupõe centralidade. Cachoeira faz uso desse discurso no Plano Diretor Urbano, que considera a referida cidade como capital cultural do Recôncavo. E a festa junina concentrada contribui para fortalecer essa ideia de centralidade cultural de Cachoeira, que é sustentada por elementos materiais (patrimônio edificado) e imateriais (festas sagradas e profanas).

A Bahia tem um aspecto diferente desses dois estados – Paraíba e Pernambuco –, porque na Bahia nós temos um São João espetacularizado multipontualizado. Temos vários pontos da festa junina urbana, no Estado da Bahia de modo geral, independentemente do porte da cidade. Várias são unidades urbanas de pequeno porte. São Gonçalo, por exemplo, promove uma grande festa; mas pode ser uma cidade média, expressiva e importante como Jequié, só para se ter uma ideia. O grande problema que acontece, e que se deve questionar, é por que é que uma Prefeitura gasta 200, 300 mil reais para trazer uma chamada grande atração do Sul e Sudeste, e paga 1.000, 1.500 reais a um grupo de samba de roda, com vinte ou trinta pessoas, para se apresentar. Por que isso acontece?

Aí está um problema sério, ligado ao que você falou Paulo, em relação à governança. Porque governança não é governar; governança pressupõe certa autonomia, certa perspectiva autogestionária. Se eu tenho um grupo de samba de roda, por exemplo, seja lá onde for, tutelado – a palavra é essa mesmo –, tutelado por determinados gestores, o que é que vai acontecer? Eu não vou ter essa perspectiva autogestionária. E o São João nessas cidades acaba sendo promovido pelos prefeitos. Por exemplo: as comissões organizadoras das festas deixaram de existir em quase todas; você tem uma pessoa escolhida pelo prefeito, que vai entrar em contato com os grupos musicais famosos, e, no intervalo das grandes bandas, vai tentar inserir algumas manifestações da cultura local. Em alguns casos, é importante para se tentar revalorizar aspectos culturais locais.

Então, algumas práticas, algumas manifestações culturais se tornam residuais e elas aparecem no meio das festas juninas apenas como antessala dos grandes espetáculos? Em muitos casos sim. Em algumas cidades do Recôncavo, chega-se a gastar mais de um milhão de reais com a promoção das festas juninas, e as prefeituras, com o que arrecadam com o Governo do Estado e com patrocínio conseguem amortizar em torno de 300, 400 mil; ou seja, 600, 700, 800 mil vêm de onde? Do dinheiro da “viúva”, dinheiro da Prefeitura. Então, algumas pessoas questionam, se a relação é deficitária, por que se promove? Primeiro, porque se tenta promover o São João, apesar de ser um evento sazonal, específico de determinada época, o interesse dos gestores é promover, é perenizar o turismo. Ou seja, o interesse dos gestores de Cachoeira, por exemplo, é o de tentar veicular e mostrar o patrimônio cultural edificado, o patrimônio paisagístico da cidade e do entorno imediato para os visitantes retornarem em outras épocas do ano; ou seja, o evento é sazonal, mas o interesse é estimular a perenização do fluxo turístico para a cidade.

Nós temos aqui, rapidamente falando, algumas dimensões, alguns aspectos importantes para se discutir as festas juninas. Já falei aqui do político, do social, do cultural e do econômico. O principal pra mim para se discutir o São João em Cachoeira, seria o quê? A primeira coisa a se discutir é como o São João era? E como é que ele acontece? Como é que ele é dinamizado, como é que ele é reinventado no espaço urbano, e como é que essa reinvenção contempla a valorização da cultura local, das manifestações culturais locais?

O GRANDE PROBLEMA QUE ACONTECE, E QUE SE DEVE QUESTIONAR, É POR QUE UMA PREFEITURA GASTA 200, 300 MIL REAIS PARA TRAZER UMA CHAMADA GRANDE ATRAÇÃO DO SUL E SUDESTE, E PAGA 1.000, 1.500 REAIS A UM GRUPO DE SAMBA DE RODA, COM VINTE OU TRINTA PESSOAS, PARA SE APRESENTAR. AÍ ESTÁ UM PROBLEMA SÉRIO, LIGADO À GOVERNANÇA DA FESTA.

São João em Cachoeira





Na minha opinião, o samba de roda era para ser o elemento principal das festas juninas de Cachoeira. Algumas pessoas questionam sim, mas tem o trança fitas e algumas manifestações que desapareceram, como o quebra-pote, por exemplo. Outro dia eu estava falando com um amigo da questão do televisinho. Minha família era de baixa renda, eu não tinha TV em minha casa, por isso assistia televisão na casa do vizinho, era o televisinho. Quando vinha da escola, a gente saía contando as casas que tinham televisão, olhando as antenas. Isso na década de 1980. Eu tenho quarenta anos. Então, na minha casa não tinha televisão; se a gente falar televisinho, hoje, as pessoas desconhecem essa expressão. Minha filha fala assim: “Ô meu pai, tinha gente que não tinha televisão em casa?” Então, há coisas que mudam, inclusive o quebra-pote; ninguém vai mais para o São João de Cachoeira olhar o quebra-pote, me desculpe; as pessoas apreciavam ver alguém com um pano nos olhos para quebrar um pote. Agora, as pessoas vão para observar, por exemplo, o samba de roda do Recôncavo baiano, vão para observar o bumba meu boi, que aparece transitando em meio às festas juninas e às chamadas grandes atrações noturnas.

A imagem que nós estamos acostumados a ver em tantas festas juninas é de São João menino, mestiço, cabelo encaracolado, meio nordestinizado. Essa é imagem que nós estamos acostumados a ver. Em Cachoeira, acontece algo curioso, eles mantêm a tradição do tríduo junino: três dias de reza em louvor a São João Batista. A festa para o santo é realizada em algumas cidades da Bahia, como em Barreiras, por exemplo, onde São João é o padroeiro; em Vanderlei, Cabaceiras do Paraguaçu e outras. São João é padroeiro das festas juninas que acontecem no mês de junho.

Aí está uma outra questão. Você tem lá a apresentação de um grupo cultural chamado Esmola Cantada, que é um grupo importante da cidade de Cachoeira, e uma concentração enorme de pessoas do São João espetáculo. Você tem aí, logo de cara, um contraste estético, que se questiona muito: a racionalidade desse megapalco de eventos contrastando com as formas dos sobrados. Observe os sobrados, como há um contraste forte. Então, esse desenho do São João apresenta uma conotação estética que pode ser considerada agressiva. Quando ele é colocado em determinados locais, ele é visto, analisado, você vê claramente esse tipo de coisa, esses toldos que contrastam com o conjunto arquitetônico da cidade. Mas a megafesta exige um megapalco. Além disso, o contraste pode até agradar; depende do olhar do observador.

Muitas pessoas, principalmente aquelas acima de 50 anos, questionam muito isso; eles usam expressões do tipo: “esse monstrengo que colocam aqui na frente”, que impede a visibilidade das edificações. Só que você tem o quê? Um elemento cultural local, a peculiaridade cultural local, e você tem, ao mesmo tempo, a inserção impactante dessas formas típicas das festas espetacularizadas. Por outro lado, pode-se afirmar que o contraste estético pode até agradar a algumas pessoas ou mesmo passar despercebido a outras. As leituras podem ser diferentes.

Essas expressões que caracterizam a festa espetáculo, todas elas se aplicam ao São João da atualidade, às festas juninas nos moldes como elas estão sendo feitas. São festas em que tenho o quê? A massificação, a concentração em determinados locais, a priorização do ponto, que é a praça, onde



O contraste estético entre a arquitetura dos antigos sobrados e a racionalidade do megapalco de eventos. Abaixo, a Feira do Porto, em Cachoeira.

acontecem os investimentos em publicidade – que são altíssimos –, a monumentalidade das formas que contrastam esteticamente com as edificações do lugar – no caso de sobrados e casarios – e aquele jogo de imagem, aquela coisa toda que se cria. Esse tipo de evento parece parte do que David Harvey fala da espetacularização das cidades americanas e está colocando aí para o São João, mas todas elas se encaixam na promoção do São João de megaevento como ele é feito hoje.

O São João de Cachoeira nasceu desta perspectiva de “turistificação”. Primeiro, nasceu como uma promoção da BAHIAATURSA, que começou tudo isso no início da década de 1970; depois, aos poucos, foi passando para a Prefeitura gerir; os gestores públicos locais mantiveram o viés da espetacularização. Algumas manifestações culturais desapareceram no meio do caminho. O apoio e o papel da BAHIAATURSA foi novamente reforçado em 2008, com o projeto São João da Bahia, através do qual procurou-se vender esse evento como produto turístico.

A Feira do Porto, a festa junina de Cachoeira, acontece na orla que bordeja o Rio Paraguaçu, onde tínhamos o antigo porto de Cachoeira; daí o nome. Algumas pessoas questionam, mas a Feira do Porto não existe mais; ela existia quando o porto funcionava, quando existia o comércio de produtos, numa área onde existia um sistema de transporte muito modal, terrestre, ferroviário e o flúvio-marítimo, no caso dos navios que aportavam em Cachoeira. Os navios não vão mais a Cachoeira, mas o nome permaneceu como Feira do Porto.



Uma especificidade a se destacar é essa aí: a venda de produtos cerâmicos. Em meio à circulação de pessoas, em meio ao espetáculo da festa, você tem alguns grupos que passam com o bumba meu boi; você tem alguns grupos de samba de roda, mas o grande problema é a natureza intersticial dessas práticas. Acabam sendo práticas culturais ou manifestações muito residuais, quando deveriam ser o prato principal, como destaquei anteriormente.

O grande problema é o seguinte: “Ô Jânio, já que estamos falando de uma cidade histórica e importante culturalmente como Cachoeira, por que é que não se faz, não se promove uma festa junina que valorize só as manifestações culturais locais?” Porque a cidade de Cachoeira perderia no contexto da competitividade regional. Ou seja, “enquanto uma famosa dupla sertaneja está cantando lá em Cruz das Almas, vocês ficam aqui com esse sambinha de zabumba; você tá maluco?” Vai esvaziar a festa. Na próxima eleição, alguns opositores podem falar: “Tá vendo aí, Cruz das Almas está massacrando a gente, botaram lá cantores famosos, grandes atrações e vocês ficam aqui com essa zabumbinha e os grupos locais”. Estou trazendo para o debate o que ouço nas ruas; não estou inventando nada. Os gestores públicos locais se deparam tanto com a necessidade fundamental de valorização das peculiaridades culturais locais quanto com as exigências dos seus eleitores que querem artistas famosos.

A proposição que se coloca é de horizontalização da promoção das festas juninas. Então, isso aqui envolve uma série de aspectos complexos, como a própria politização das pessoas.

Aí o bumba meu boi, circulando pelas festas juninas de Cachoeira.



Apologia topofílica e homenagens aos elementos multi-identitários de matriz afro-brasileira.

Grupo Esmola Cantada

Da ladeira da cadeia eu cheguei pra vadiar, Pra vadiar, eu cheguei para vadiar,

Da ladeira da cadeia eu cheguei pra vadiar,
Pra vadiar, eu cheguei para vadiar.

Ê beira do rio camarada, quem te ensinou vadiar?

Quem te ensinou? Quem te ensinou vadiar?

Ê beira do rio camarada, quem te ensinou vadiar?

Quem te ensinou? Quem te ensinou vadiar?

Cachoeira, eu moro em Cachoeira,

Eu moro em Cachoeira, na Ladeira da Cadeia.

Cachoeira, eu moro em Cachoeira,

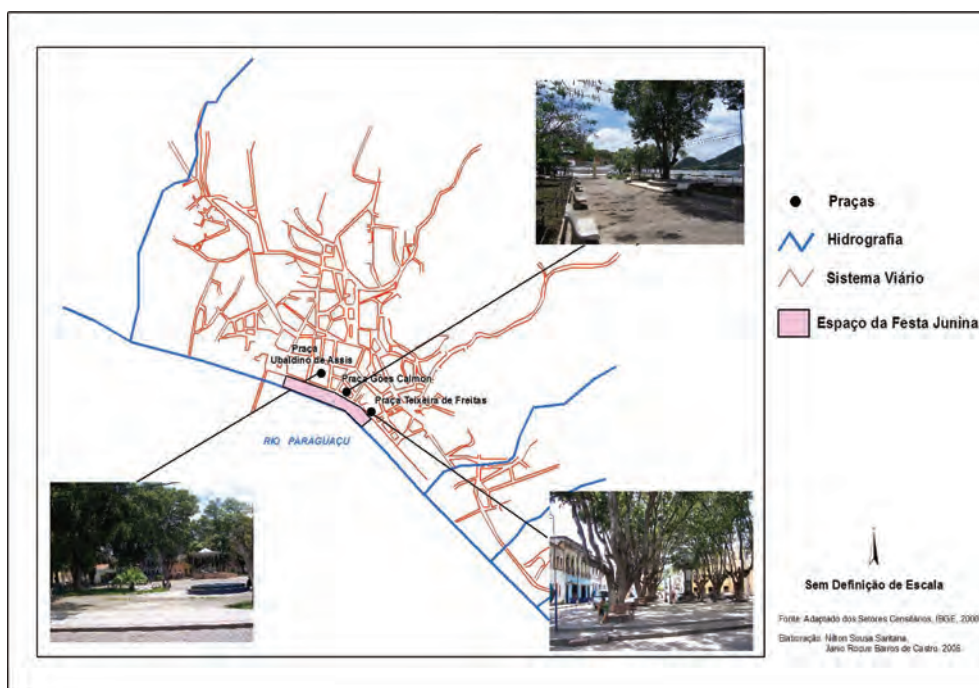
Eu moro em Cachoeira, na Ladeira da Cadeia.

O grupo Esmola Cantada é uma manifestação cultural muito interessante. Diferentemente de algumas das chamadas grandes atrações, que chegam às cidades e erram o nome do município, quando se dirigem ao público o grupo cultural Esmola cantada faz uma homenagem ao seu bairro, ao seu lugar de origem, nas letras de algumas das suas músicas. Há trecho em que consta: “Da ladeira da cadeia eu cheguei pra vadiar, pra vadiar, pra vadiar, eu cheguei pra vadiar”. Vadiar – é andar, flunar pela cidade de forma solta, desorientada; Ladeira da Cadeia é o bairro de origem desse samba. Quem canta o lugar, faz apologia ao lugar.

O grupo se apresenta no final da tarde ou início da noite, e os, digamos, “estrangeiros” da festa, do espetáculo, se apresentam no chamado horário nobre, a partir de 22 horas.

Os grupos de baianas, os grupos de samba, as manifestações culturais – aí é um samba de roda, também em Cachoeira – em frente ao grande palco da festa. E ali são as praças, onde acontecem as festas juninas de Cachoeira.

Então, o que é que nós temos aí? Do ponto de vista do uso da cidade, as intervenções urbanísticas que se propõem para Cachoeira, todas, são no sentido de valorizar e respeitar o São João espetáculo da Feira do Porto, que é considerada a festa de massa da cidade. Ela é diferente da festa da Boa Morte, considerada um ícone cultural da cidade, mas não é uma festa de massa; a festa de concentração de massa é essa daí. Então, as proposições vão no sentido da “turistificação”, do estímulo à apropriação pelo morador, à “pedestrialização”, ou seja, estudam-se inclusive proposições para se evitar que carros circulem nessa área de contemplação e circularidade cotidiana; fazer com que aquela área do antigo porto não seja uma área só para turista, mas sim, para a população local circular.



Os grupos de baianas, os grupos de samba, as manifestações culturais – aí é um samba de roda, também em Cachoeira – em frente ao grande palco da festa. E ali são as praças, onde acontecem as festas juninas de Cachoeira.

As proposições institucionais de turistificação e a questão da centralidade cultural.

- Para alavancar o desenvolvimento de Cachoeira, é essencial que a cidade associe a sua força e cultura ao conceito de baianidade, criando e fortalecendo um posicionamento de “capital do Recôncavo” da Bahia (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – Plano Institucional: caminhos para o desenvolvimento. Cachoeira, dezembro de 2006, p. 3. 02).

Em Cachoeira, além do São João, acontece uma festa que é importante, a festa da Ajuda, que é uma festa híbrida – ela mescla vários elementos em um só evento. Você tem o samba *reggae*, você tem o samba de roda, você tem as marchinhas dos carnavais antigos, as fantasias. As imagens falam melhor do que as palavras.

Festa da Ajuda em Cachoeira.



Nesta festa você tem as camisas das festas atuais, as fantasias dos carnavais antigos e as marchinhas. A festa da Ajuda de Cachoeira é considerada periférica, do ponto de vista midiático, segundo depoimentos de alguns moradores. Há essa reivindicação de muitos moradores de Cachoeira, porque é uma festa local, regional, é dos moradores de Cachoeira e dos moradores do entorno imediato – Governador Mangabeira, Muritiba, Maragogipe. Então, muita gente se queixa, afirmando que os holofotes estão na festa da Boa Morte, com toda sua força cultural, como manifestação cultural importante, e nas festas juninas.

Só uma paradinha; aí: são os mandus.

Mandu é uma manifestação cultural interessante que temos na Bahia. Por exemplo, em Minas Gerais, quando você tem um objeto de difícil categorização chama de “trem”, não é? “Que trem é esse?” No Recôncavo a gente chama de “mandu”; minha mãe usa muito essa expressão. É algo de difícil categorização. E no Recôncavo tem, claro, outro significado do ponto de vista das religiões de matriz afro-brasileira. Algumas pessoas desfilam na festa da Ajuda fantasiados de mandus.

Então, a festa da Ajuda é constituída por um grupo de pessoas que sai tocando marchinhas de carnavais antigos, tocando frevo, tocando samba-reggae, tocando axé-music, músicas atuais, samba de roda, músicas de candomblé, e com vários tipos de fantasias. Uma das fantasias que aparecem no contexto festivo são as cabeçorras – são bonecões que expressam a forma como o morador local via os mascates europeus que circulavam pelo Recôncavo vendendo suas mercadorias, segundo relatos de algumas pessoas. Há uma questão importante a ser colocada para o debate: como é que eu posso



trazer elementos de análise para compreender a existência ou a continuidade da festa da Ajuda, em um contexto no qual o apelo é para a espetacularização dos eventos festivos, para a mercantilização ou para a espetacularização?

Muita gente enxerga a festa da Ajuda como uma manifestação alternativa e peculiar. Retirou-se o carnaval do calendário festivo de Cachoeira, na década de 1970, e as micaretas, no início da década de 1980, mas a festa da Ajuda continua, persiste. Este evento festivo apresenta elementos das micaretas, elementos do carnaval, do São João, de manifestações de matriz afro-brasileira, ou seja, é um evento festivo híbrido que eu trago aqui para o debate, para a análise e discussão. Ela acontece no final de outubro, como um bando anunciador, e se estende pelo início de novembro. A dimensão religiosa da festa acontece na igreja de Nossa Senhora da Ajuda e a irreverente extensão profana, nas ruas da cidade.

A grande questão a se colocar é essa: quais são as políticas que se podem propor para tentar preservar os elementos e as práticas importantes dessas manifestações culturais peculiares do São João e da festa da Ajuda de Cachoeira? E observe o seguinte: há festeiros jovens que formam blocos de camisa e, em meio a essa massa uniformizada, há pessoas de 60, 70, 80 anos, que vestem fantasias tradicionais, e todos dançando lado a lado. Eu acho que são raras as festas no Brasil em que se pode ver uma situação como essa – desde as fantasias tradicionais mais antigas, dos carnavais de época, dos anos 50 e 60 do século passado, até as roupas padronizadas com que as pessoas se vestem nas festas de camisa do Recôncavo baiano.

Para cidades históricas e culturalmente importantes como Cachoeira, evito usar a palavra cenário. Tanto é que a palavra ator social às vezes é questionada. Tem-se um espaço com toda uma especificidade interessante em termos de edificação de sobrados, de casarios históricos e eu tenho uma manifestação cultural que tem um caráter transtemporal, que transita em diferentes épocas.

A análise da retórica institucional nos faz concluir que algumas cidades históricas, como Cachoeira e Ouro Preto, adotaram o discurso da cidade-museu, ou seja, a estratégia da museificação urbana. Em alguns planos diretores urbanos de cidades históricas importantes, evita-se delimitar o centro histórico, pois concebe-se toda área urbana como um “museu a céu aberto”. De certa forma, passa-se para o visitante a ideia de que a cidade toda é um museu. Só que esse discurso, às vezes, não agrada o morador, na medida em que, se a cidade é um museu, o seu morador seria uma peça do museu ou um ator na cenarização urbana turisticada. Por outro lado, essa iniciativa agrada àquelas pessoas que auferem lucros do fluxo turístico. Em síntese, a cidade seria um museu a céu aberto, do ponto de vista do patrimônio material, e isso era muito explorado até a década de 1990. De uns anos pra cá, começou-se a associar essa estratégia de museificação tanto ao material, quanto ao imaterial. Notou-se recentemente o justo registro do samba de roda do Recôncavo como patrimônio oral da humanidade.

Uma expressão que eu uso nas minhas pesquisas e publicações é “centralidade cultural”, que é a ideia de que os atributos culturais materiais e imateriais projetam e sustentam a centralidade regional de uma cidade, ou seja, mesmo se tratando de uma cidade de pequeno porte, seu papel na hierarquia urbana é relevante por causa dos seus atributos culturais. Cachoeira usa isso, tanto do ponto de vista

A GRANDE QUESTÃO
A SE COLOCAR É
ESSA: QUAIS SÃO AS
POLÍTICAS QUE SE
PODEM PROPOR PARA
TENTAR PRESERVAR
OS ELEMENTOS
E AS PRÁTICAS
IMPORTANTES DESSAS
MANIFESTAÇÕES
CULTURAIS
PECULIARES DO SÃO
JOÃO E DA FESTA DA
AJUDA DE CACHOEIRA?

da materialidade quanto da imaterialidade. A questão da separação dicotômica, dual, entre o patrimônio material e imaterial está superada no mundo acadêmico e no contexto institucional. Tanto é que o registro ou a salvaguarda de práticas e manifestações culturais e festivas são feitas a partir da valorização da manifestação cultural e do lugar onde elas acontecem, do espaço, do contexto, não apenas do ponto de vista físico-espacial, mas também do contexto sociocultural do conjunto edificado.

O samba de roda é importante do ponto de vista da oralidade, do conteúdo das suas letras e das suas manifestações dançantes. Essas práticas estão diretamente associadas ao lugar, ou melhor, aos lugares onde acontecem. Então, a valorização, enquanto patrimônio, envolve todos esses aspectos. Essa dissociação, às vezes mecânica e dualista — de um lado o patrimônio material e do outro o imaterial —, está superada, como disse anteriormente.

O que eu acho, já para finalizar, é que se devem apresentar proposições para a valorização desses grupos, em termos de uma perspectiva autogestionária. Deixar os grupos de samba de roda, os sujeitos sociais da festa da Ajuda, os eventos culturais de maneira geral, as associações caminharem com suas próprias pernas. Eu tenho uma preocupação muito grande em relação à cooptação mecânica de determinados grupos. Isso é complicado.

A racionalização administrativa aplicada aos eventos culturais é complicada. Eu estou falando isso para tentar fechar em relação à questão das espadas, aos grupos de samba de roda, às manifestações culturais de um modo geral que a gente observa no Recôncavo, e isso se aplica inclusive a Nazaré e outras cidades que têm um patrimônio histórico interessante. Todas as proposições atinentes às manifestações culturais locais, regionais devem ser amplamente discutidas com os grupos culturais e segmentos representativos de cada cidade de importância cultural expressiva.

Eu gostaria de finalizar aqui, dizendo que as discussões sobre as festas populares no Recôncavo baiano, de um modo geral, se revestem de vários aspectos interessantes, tanto do ponto de vista político, quanto econômico e sociocultural, e que as discussões fluem e estamos aqui para trabalhá-las, seja o Paulo, lá na UFBA, eu na UNEB, ou Dimitri, nos seus vários espaços de atuação. Estamos aqui para debater e dizer que um caminho interessante é essa perspectiva autogestionária. Isso é importante. Preocupa-me quando se tenta tutelar, se tenta fazer com que alguns grupos culturais ou manifestações sejam tutelados pelo Poder Público, seja estatal, do ponto de vista da unidade federada, seja municipal ou coisa do tipo. Eu acho que se devem dar condições para que o dinamismo cultural flua sem uma intervenção, sem um braço estatal. É complicado eu querer que uma determinada manifestação cultural se apresente para agradar dessa forma ou daquela outra; aí, sim, aí eu vou ter o risco da descaracterização. A reinvenção não. A reinvenção, a transformação são frutos do dinamismo sociocultural, dos processos culturais; isso aí flui e a transformação acontece tranquilamente. Eu gostaria de agradecer a atenção, e poderemos retomar essas questões no debate. (Palmas).



Carmita Baltar (Mediadora): Agradecemos as interessantes colocações do Professor Jânio. Vamos concluir as apresentações com as colocações e apresentações do senhor Dimitri, que vai falar sobre a relação da cultura popular com o Centro Histórico de Salvador.



Dimitri Ganzelevitch: Desculpem-me, mas acho que eu não vou falar exatamente disso, porque fui avisado só agora do tema proposto, e eu tinha planejado abordar outros assuntos. E será difícil depois de dois fogos de artifício, como o Jânio e o Paulo Miguez, discursar sobre qualquer tema sem deixar o público com vontade de dormir de tanto tédio. Pretendo falar de Memória e do lamentável descaso com a Memória.

As festas populares são as expressões coletivas, com certeza, mais importantes da cultura popular. Existem outras formas coletivas de cultura, mas essas são as mais importantes. Nelas são preservados rituais, costumes, comportamentos, muitas características gastronômicas, sem deixar de existir uma natural evolução nas formas. Gostaria de falar sobre três exemplos relevantes que demonstram a pouca importância que damos a algo tão rico como o patrimônio das festas populares.

Gosto de frequentar a Rua Ruy Barbosa, no Centro Histórico de Salvador, onde estão estabelecidos muitos antiquários. Vez ou outra encontro alguma peça dentro de minhas possibilidades econômicas.

Um antiquário, logo no princípio da rua, do lado esquerdo, é de um antigo guerrilheiro do Araguaia, uma figura bastante extraordinária. Gosto de bater longos papos com ele. Um dia desses, tem mais ou menos um ano, eu entrei na loja de meu amigo e vi umas pilhas de cassetes antigos, dos anos 60. Perguntei o que era. “É o que resta do trabalho de pesquisa de um etnólogo e sociólogo, o muito conhecido Waldeloir Rego. Estão à venda. São quarenta cassetes de gravações de cerimônias em terreiros de candomblé, fichários desses mesmos terreiros, mais festas de largo filmadas por Alexandre Robatto, como puxada de rede, xaréu, festas de lemanjá, da Lapinha etc.”

O antiquário propôs isso ao futuro Museu Afro-Brasileiro¹, da Rua do Tesouro, mas Capinam disse que não tinha dinheiro. Depois, o mesmo acervo foi proposto à UFBA. A UFBA respondeu que também não tinha verba, mas caso fosse uma doação, ela seria bem vinda. Resultado, Emanuel Araújo – homem complicado, que briga com muita gente, mas faz muita coisa acontecer! – passou por aí, comprou todo o acervo de Waldeloir Rego e levou para São Paulo.

Quando eu cheguei aqui, em 1975, pensando em encontrar muito calor – mas não é o caso hoje, aqui, com este ar condicionado –, abri a primeira galeria no Largo do Pelourinho, no térreo do número 12. Era, então, a sede do IPAC. Abri a Galeria da Sereia em maio, portanto, depois do carnaval de 1975. Logo no princípio de 76, entrou um grande grupo de americanos na galeria. Falando com uma delas, cujo sotaque ianque me incomodou profundamente porque parecia uma caricatura de americana, falava como o Pato Donald – a gente não deixa de ter preconceito, queira ou não. Eram estudantes de uma universidade americana, não me lembro de qual, que vinham a Salvador fazer um trabalho de pesquisa sobre nosso carnaval. Cada um dos estudantes se dedicava a um grupo carnavalesco, e ela, por coincidência, baixinha, loira, com um aspecto desesperador de classe média americana, atacou os Filhos de Gandhi. Mais tarde ela me confessou que tinha sido barrada no princípio, de todas as formas, pois o preconceito sempre anda nos dois sentidos. Mas ela insistiu. Era uma mulher de muita garra. Após duas semanas, um mês, não me lembro bem de quanto tempo ficou, o grupo da universidade americana tinha documentado todas as músicas com partituras e letras, levavam com eles fantasias, levavam um monte de fotografias e vídeos e até peças de decoração do carnaval de rua. Naquele ano, lembro que foram Tati Moreno e Fernando Coelho que fizeram a decoração. Os americanos levaram, entre muitos outros objetos de decoração de rua, uma cabeça de boneco da Praça Castro Alves, enorme, de uns dois metros de altura. Eu gostaria de saber se aqui na Bahia nós temos uma memória do carnaval de 75, 76, 80. Alguém, algum órgão possui uma memória disso tudo? Nos Estados Unidos eles têm!

O terceiro exemplo que eu gostaria de dar, de como nós – eu digo “nós”, porque eu me identifico totalmente com essa cultura popular baiana – tratamos a memória de nossas festas de largo. Quando na gestão de Lídice da Mata, pouco antes de ela terminar o seu mandato de prefeita, ela assinou um edital padronizando as barracas de festa de largo e, de repente, no ano seguinte, apareceram estruturas tubulares metálicas e toldos de plástico. Assim, perdeu-se uma das mais importantes expressões de cultura popular da Bahia. O que foi feito foi um crime, absolutamente escandaloso, eu não posso perdoar a Lídice da Mata nunca. (Palmas). Cada barraca tinha um significado, não era simplesmente uma coisa bonitinha para agradar o cliente; cada barraca tinha um título, sempre ligado ao candomblé – Sultão das Matas, Senhor do Bonfim, Estrela do Mar, Barraca da Índia etc. E as cores da barraca condiziam com o santo que era homenageado na dita barraca. A parte da frente da barraca era pintada de uma forma fantástica, pelos chamados “leteiros”. São pintores primitivos que não têm esta conotação de pintor para turistas, e que têm uma autenticidade extraordinária. Eu realmente me impressionei muito com isso naquela época.

Durante dezesseis anos, tive uma galeria no Mercado Modelo, onde eu vendia o que, hoje, são os artistas plásticos mais conhecidos aqui da Bahia: J. Cunha, Eckenberger, Bel Borba, Vauluizo Bezerra etc. Um dia, quando estavam montando a festa da Conceição da Praia, eu vi que a parte da frente de uma barraca estava sendo pintada de vermelho e em cima, de branco, estavam escrevendo Coca-Cola. Aí pensei: “Bom, estamos correndo um risco sério”. Foi então que criei o Prêmio Flecha das Barracas de Festas de Largo. Tinha um pequeno apoio financeiro das tintas Suvnil. Um grupo de jurados composto por Justinho Marinho, Goya Lopes, Anameyre Aguiar, uma negra do Ilê Aiyê, que depois se casou e foi morar nos Estados Unidos – uma mulher fantástica –, os músicos Teca e Tota, Elena Rodrigues, Chico Sena, Adenor Gondim, que graças a este concurso começou a fotografar as barracas de festa de largo, e outros. Era um prêmio para a fachada mais bonita, para o melhor conjunto de mesas e cadeiras e bancos, a melhor higiene, o melhor som ao vivo, a melhor comida – a comida das barracas de festa de largo. Era uma coisa extraordinária! Ganhava, quase sempre, a Barraca da Índia, com comida excelente

1 Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira - MUNCAB

**EU GOSTARIA DE
SABER SE NA BAHIA
NÓS TEMOS UMA
MEMÓRIA DO
CARNAVAL DE 75, 76,
80. ALGUÉM, ALGUM
ÓRGÃO POSSUI UMA
MEMÓRIA DISSO
TUDO? NOS ESTADOS
UNIDOS ELES TÊM!**

MAIS DO QUE
UM MUSEU DO
CARNAVAL, O QUE
NÓS PRECISAMOS É
DE UM MUSEU DE
CULTURA POPULAR.
É ABSOLUTAMENTE
ESCANDALOSO QUE
NUM ESTADO COMO
O DA BAHIA, O MAIS
ANTIGO DO BRASIL,
COM A PRIMEIRA
CAPITAL, NÃO TENHA
UM MEMORIAL DA
CULTURA POPULAR.

22

PATRIMÔNIO E FESTAS POPULARES

e decoração fantástica; e a Índia, a dona, era uma personalidade. Com a padronização, as barracas de comidas foram proibidas por razões de higiene. Cansei de comer nessas barracas, nunca, jamais fiquei doente. Agora, como é que uma prefeita que nunca meteu os pés para comer na barraca da Índia, pode ousar acabar com uma tradição tão importante? É escandaloso você acabar com uma instituição popular, por decreto, com uma simples assinatura, embaixo de uma folha de papel. Bom eu (risos), eu me exalto um pouquinho. Pelo menos eu consegui salvar duas fachadas de barracas de festa de largo. Estão em minha casa; uma é a *Top Model*, que tem uma fachada fantástica e que foi reproduzida muitas vezes em muitas revistas, e a outra é a Cabocla Iracema.

Nesses 36 anos, a evolução e a decadência de muitas festas de largo são evidentes. Eu acho que é por dois motivos, dois fatores essenciais. O primeiro é justamente esse decreto de acabar com as barracas tradicionais. Eu acho absolutamente imperdoável, criminoso. O outro, e aí concordo plenamente com as colocações de Jânio, o poder econômico. Nas festas de largo hoje – e eu vou cada vez menos porque já não acho nenhuma graça –, todas as barracas têm exatamente a mesma cor, e esta cor é a cor da cerveja que tem a hegemonia da festa de largo, ou seja, tudo é da cor da Skol, da Brahma, da Schincariol etc. A festa de largo, hoje, é mero trampolim para vender cerveja. Acabou a diversidade de comidas. Acabou a diversidade de decoração, o som ao vivo não existe mais – são caixas de som sempre maiores que brigam entre elas para saber qual vai ter o som mais potente. Não a melhor música, mas o som mais potente, mais poderoso. Isso eu acho lamentável. Por que não trabalhar, também, na nostalgia como memória, por que não? Acho que este componente importante, também, deveria permanecer.

Quando se falou da necessidade de um Museu do Carnaval, é evidente que só posso concordar com a proposta. Agora nós temos poucos elementos da memória dos carnavais, porque se perdeu muita e muita coisa! Mas, mais do que um Museu do Carnaval, o que nós precisamos é de um Museu de Cultura Popular. É absolutamente escandaloso que num estado como o da Bahia, que é o mais antigo do Brasil, com a primeira capital, não tenha um memorial da cultura popular. O Rio tem o Museu Edson Carneiro e o Museu Casa do Pontal, que é maravilhoso. Você tem em Recife o Museu do Homem do Nordeste. Você tem o Dragão do Mar, em Fortaleza. Você tem o Memorial da América Latina, em São Paulo. Mas aqui não temos absolutamente nada! Aqui não há onde um visitante, um pesquisador conhecer ou pesquisar sobre cultura baiana. Onde estão as cerâmicas que o povo baiano produz? Quais são os brinquedos? Quais são as músicas, orações e cirandas que nós temos? As fantasias de carnaval? Não existe absolutamente nada! É inacreditável que na Bahia, com tantas gestões de governadores e prefeitos, nunca ninguém tenha se lembrado de fazer um Museu de Cultura Popular.

Participei de muitas festas de largo. Infelizmente, sendo francês, eu tenho pé de chumbo, não sei sambar e nunca vou saber (risos). Mas eu sou um bom espectador. Participei de todas as festas de largo – de Santa Bárbara até Itapoã –, durante muitos e muitos anos. A Conceição da Praia, que era das primeiras, fantástica naquela época, no princípio. Em 1975, 76, 77, a Santa Bárbara praticamente não existia. Havia uma pequena procissão e, sobretudo, o caruru era importante. Mas, pouco mais do que isso, a Ribeira, por exemplo, era uma festa essencial. Lá, pela primeira vez no verão, aparecia um trio elétrico. Havia roda de samba no pátio da Igreja da Penha. Hoje em dia, a festa da Ribeira não existe mais. A Lapinha perdeu muito. Hoje, ir a uma festa de largo, além de a minha sensibilidade visual ser constantemente agredida, a triste dispersão das poucas barracas que resistem ao vendaval da mediocridade, perdendo totalmente o clima festivo.

Tenho sofrido por constatar o descaso com a cultura popular da Bahia. Há mais de vinte anos, organizo um Concurso de Carros de Cafezinho, mas em 24 anos eu só consegui fazer doze concursos, porque é, a cada ano, mais difícil encontrar um patrocinador. E os carros de cafezinho são uma característica tipicamente de Salvador, não é baiana, é soteropolitana, pois nem em Feira de Santana, nem em Cachoeira tem carro de cafezinho. Uma mulher que tinha um carro na Praça da Sé foi tentar fazer a mesma coisa no Rio e não conseguiu. Voltou para Salvador. Não sei se este concurso se adequa ao tema de festa popular, mas, para mim, não deixa de ser uma festa.

Com um amigo francês que vinha aqui várias vezes durante o ano, Martial, fiz um documentário, um vídeo de 52 minutos, chamado “Bahia de Todas as Festas”. Filmamos em muitos lugares. O São João de Rio de Contas e de Maragogipe, o carnaval maravilhoso que tem em Maragogipe.

Aliás, vou fazer um intervalo comercial, porque tenho um trabalho de seis anos de documentação do carnaval de Maragogipe. São mais ou menos duas mil fotografias, tem um texto meu que está pronto, e um texto da Rosa Vieira de Mello, que foi a primeira pessoa a alertar a opinião pública sobre a importân-



Carnaval de Maragogipe.

cia desse carnaval. Portanto, se tiver na sala um patrocinador para fazer o livro, desde já, agradeço muito.

Entre as festas populares que nós documentamos em vídeo, está a procissão marítima de Nossa Senhora dos Navegantes, entre Maragogipinho e Jaguaripe. Não sei se algum de vocês aqui já participou dessa procissão, uma das coisas mais belas que se pode ver no estado da Bahia. Tem que sair de Maragogipinho antes do sol aparecer. A procissão chega a Jaguaripe algumas horas depois. É uma coisa realmente maravilhosa. A primeira vez que fui lá era na época dos saveiros, ainda. Passear pelo rio ao ritmo lento dos saveiros, com uma banda que toca todos os hinos religiosos misturados com música popular – Betânia, Caetano – é realmente uma experiência extraordinária. Desculpem-me, se eu não tenho um discurso muito acadêmico. Eu não sou mesmo acadêmico. Falo simplesmente da minha experiência pessoal. Mas eu tenho vivido intensamente todas essas expressões populares de festas de largo e outras. Como o Maverick, por exemplo. Para quem não conhece, na Avenida Vasco da Gama tem um cara, um catador de lixo, que inventou um carro absolutamente extraordinário. Com meu amigo Martial, filmamos também esta figura ímpar. De cultura popular, temos 26 horas filmadas. Lembrando meu intervalo comercial: se tiver alguém que queira nos ajudar a terminar o filme eu agradeço. (Risos).

Outra coisa, também importante, é o desfile do Dois de Julho. Às vezes eu estou na Europa, no mês de junho, mas faço sempre o impossível para me programar e não perder o evento, e sempre consigo estar aqui a tempo. É uma festa que não posso perder. Nos anos 90, tive a ideia de falar com uma vizinha da Rua Direita de Santo Antônio para fazermos uma decoração da rua. Nós investimos na compra do material e na decoração da rua com bandeirinhas. Ao mesmo tempo, organizei um concurso de fachadas: a fachada mais bonita, a porta mais bonita, a sacada mais bonita, a colcha mais bonita etc., desde a Lapinha até a Praça da Sé. O resultado foi tão extraordinário que, no ano seguinte, o professor Cid Teixeira, que era Presidente da Fundação Gregório de Matos, transformou isso num concurso municipal. Foi uma iniciativa minha que deu muito certo e da qual muito me orgulho.

Eu teria muito mais para falar, mas eu acho que já está na hora de vocês também falarem um pouquinho. Muito obrigado pela atenção. (Palmas).



Carmita Baltar (Mediadora): Obrigada, Dimitri, por suas colocações e vamos abrir os debates.



Washington Queiroz: Boa tarde, eu sou Washington Queiroz, sou membro do Conselho de Cultura, sou antropólogo. Bom, eu queria saudar os palestrantes, na pessoa do colega Miguez, e fazer duas intervenções. A primeira é uma reflexão sobre se o que está acontecendo no interior, quando você tem essa festa com esse palco, com essa coisa grandiosa – não é uma repetição, não seria uma repetição do que a gente tem, quando a pessoa está sentada diante de uma televisão em casa, não seria uma

AS FESTAS DE
VAQUEIROS, AS
CAVALHADAS, AS
ARGOLINHAS, AS
MISSAS DE VAQUEIRO,
QUE REÚNEM
CERCA DE OITENTA
POR CENTO DA
POPULAÇÃO, NUNCA
SÃO TRATADAS COMO
FESTAS. CLARO,
VOCÊS TÊM UM FOCO
DE TRABALHO DE
VOCÊS, MAS ESTAS
FESTAS SÃO FESTAS
QUE ENVOLVEM
MANIFESTAÇÕES
SIMBÓLICAS
DA CULTURA
POPULAR, QUE SÃO
FUNDAMENTAIS PARA
ESSAS POPULAÇÕES.

reprodução ao vivo disso? Ou seja, nas cidades do interior, se compra uma grande festa, se instala essa festa lá, se exaure o município em termos de recursos, e o município vira apenas espectador, na medida em que ele tendo o que apresentar, só aparece à tarde ou em alguns intervalos, quando o prefeito é um prefeito que entende de manifestação cultural local. Mas o Prefeito de Jequié esteve outro dia no Palácio Rio Branco mostrando a festa de Jequié, e numa reunião em que ele esteve, tinha um folheto, e eu perguntei a respeito: Prefeito, onde é que está Jequié, aqui na programação? Por que só tinha essas chamadas “atrações nacionais” e as manifestações locais não existiam, ou seja, a oportunidade que aquela população tem de se mostrar, de dizer que existe, que produz cultura, a ela não é dado esse espaço, a não ser os espaços residuais. Qual razão disso? Não seria o caso de, efetivamente, criar políticas públicas para que isso acontecesse?

E eu queria discordar do Jânio, quando diz que não existe mais quebra-pote; existe sim! E posso citar alguns municípios onde existe para a criançada, pau de sebo também, tranças de fitas também. O que não existe é uma política para privilegiar essas apresentações, o que não existe é o espaço devido, da mesma forma que não existe aqui, em Salvador, o espaço devido para a apresentação dos blocos afros, porque tem uma sequência de trios dos megabloques que impedem isso. Então essa mesma coisa se reproduz no interior de outro modo. No horário, a festa grande passa a ser aquela festa do palco. Eu vivi isso num município da Chapada Diamantina, chamado Tapiramutá, onde sugerimos colocar dois chuleiros para tocar antes da apresentação de uma banda chamada Chiclete com Banana, e tivemos que fazer lavrar num contrato jurídico que tinha vinte minutos, porque antes daquela banda se apresentar, ninguém podia tocar no palco; pois bem, conseguimos. A Primeira Dama sequestrou os dois chuleiros, dizendo que nós estávamos querendo avacalhar o município. Quer dizer, existe toda uma tendência de considerar que isso não é cultura, isso não presta, aquilo que a população faz não vale nada. Então, esse é um aspecto que eu acho que a política pública tem que perceber, tem que ver como é que essa governança atinge essas populações, dando inclusão, com empoderamento, pertencimento a essa população que produz cultura. Então esse é um aspecto que me parece importante. Quando você leva um palco, não estou negando a importância desse aspecto, mas quando você leva um palco e coloca as manifestações locais para se apresentar desse modo, você está fazendo a mesma coisa que se faz aqui em Salvador, quando você não deixa que os blocos afros circulem naquilo que se convencionou chamar de horário nobre; é a mesma situação que ocorre de outra forma.

Outro aspecto que gostaria de salientar é o seguinte: aqui mesmo, hoje, eu conheço um pouco o trabalho do Miguez, tive o prazer de conhecer as reflexões do Professor Jânio e sou muito simpático às colocações sobre cultura popular do Dimitri, a quem acompanho nas resenhas que ele faz no jornal *A Tarde*. Mas, veja bem, nessas manifestações aqui, eu sinto falta, Miguez, das grandes festas que acontecem também no estado da Bahia, que mobilizam populações inteiras. Eu vou citar, por exemplo, as festas de vaqueiros, as cavalhadas, as argolinhas, as missas de vaqueiro, que reúnem cerca de oitenta por cento da população, e nunca são tratadas como festas. Claro, vocês têm um foco de trabalho de vocês, mas estas festas são festas que polarizam um contingente populacional muito grande e que envolvem manifestações simbólicas da cultura popular, que são fundamentais para essas populações. E nós, aqui, mais uma vez, nos manifestamos tratando festas da Bahia, quando muito ali no Recôncavo, quer dizer, esse é um vício nosso que acontece em Salvador e a gente continua de forma sub-reptícia desse modo. Por exemplo, existem festas de vaqueiros, missas de vaqueiros, cavalhadas, vaquejadas, não é só vaquejada do esporte, mas esse desfile mesmo de vaqueiros e que polarizam regiões inteiras e sabe-se que tem uma estética definida, uma música definida, uma comida definida e a gente não trata como festa. Então, em termos de governança e de política pública, tá na hora da gente começar a pensar que o Estado da Bahia tem mais festas do que as festas que a gente pensa que ele tem. Era isso.



Isa Trigo: Boa tarde, meu nome é Isa Trigo, eu sou Professora da UNEB, sou atriz, diretora e trabalho com essa parte da cultura local, há muito anos. Uma coisa que quando o Jânio falou me chamou a atenção e sobre o que eu queria ouvir vocês um pouco é o seguinte: eu trabalho muito com máscaras, máscaras de teatro e máscaras, obviamente, das festas populares. Há muitos anos eu tenho ido muito a Pernambuco; desde 2004, eu trabalho com os Cavalos Marinhos de lá, e eles gostam muito; talvez eu seja a única pessoa que faz oficina de máscara com Cavalo Marinho, porque eles, normalmente, não fazem. Enfim, a gente inventou isso a partir do contato com um Ponto de

Cultura que se chama Estrela de Ouro; eu sou bem enturmada lá em Pernambuco, nesse sentido. Cavalo Marinho é uma manifestação cultural que começa às cinco horas da tarde e vai até as cinco horas da manhã, e é um grande, se a gente puder chamar de teatro, mas não vai chamar de teatro porque ele é muito melhor, muito maior, muito mais bonito que o teatro que a gente conhece, e é um grande teatro de máscaras. Uma proposição que se colocou para mim uma vez, quando eu estava trabalhando com os meninos lá, foi a transposição, porque a gente às vezes esquece os grupos – eles são protagonistas, eles são sujeitos, são pessoas, mestres. Eles têm esse grupo com que eu trabalho que é o Cavalo Marinho de Mestre Batista, que é um dos mais antigos de Pernambuco, é da Zona da Mata. As pessoas lá tem um trabalho de produção, que há muito anos eles fazem; eles já fotografam, eles filma, eles gravam as coisas deles, eles mesmos foram treinando para fazer, eles mesmos, as próprias vozes. E aí eles iam para a França.

Tem uma coisa também que eu queria ouvir falar: a profissionalização. Tem os grupos, por exemplo, o Samba de Dona Dalva, o Samba Suerdieck, Dona Nicinha, então, você tem vários grupos – eu sou da Associação de Samba também – e as pessoas querem se profissionalizar, são artistas, elas não querem só se apresentar uma vez por ano, duas vezes por ano, três vezes por ano, porque com isso, inclusive, o samba vai perdendo. Assim também é o Cavalo Marinho, assim também é o Maracatu. Aí eu não estou nem falando de festa, eu estou falando de manifestações extraordinárias, eventos extraordinários, de cunho extraordinário, no sentido acadêmico do termo, de espetacularização. A gente tem, por exemplo, as Caretas de Zambiapunga, os Negros Fugidos etc. E aí há uma coisa que é interessante, eu queria ouvir vocês falarem. O Cavalo Marinho acontece no terreiro, normalmente num terreiro de candomblé, com metade do tamanho dessa sala ou do tamanho dessa sala; a plateia fica toda em torno do Cavalo Marinho, e é uma plateia que participa, que conhece totalmente as cantigas, as falas, tudo do Cavalo Marinho eles conhecem; o banco – que são os músicos – que está lá na frente, o Cavalo Marinho dança de frente para o banco, eles dançam meio de costas para o público e o público não tem problema com isso.

E aí, a questão é: como é que se faz quando o grupo for para a França e estiver em um teatro francês, um teatro de molde italiano, para se apresentar? Eu não vou falar como foi, porque eu fui pra lá justamente para a gente dialogar, dialogar com os mestres. Aí eu falava com o Zé Duda: “Zé Duda, não dá pra virar? Você não vai deixar o mergulhão virar pra o lado, não pode ficar de costa pra o banco?” Ele fazia assim: “Isa, não pode!” Então, eu acho que tem uma passagem aí que a gente tá esquecendo, que é quando o grupo, por exemplo, o Samba de Roda Dona Dalva, Suerdieck ou qualquer um deles que a gente já sabe qual é, ele tem o padrão dele natural, a cena dele, a cenarização, e o cenário dele é um cenário que tem um tamanho, que tem um aspecto físico próprio. Quando ele vai para um palco monumental, ele não tem só que se adaptar simplesmente, não, ele tem que se transformar. Por exemplo, em Pernambuco, quem eu vi fazer isso foi Mestre Salú; e como é isso? Porque eu acho que isso é uma tendência que a gente também tem que responder, porque esses grupos, o que eles querem é aparecer, é se profissionalizar. Agora mesmo, o Maracatu de Ouro fez um disco com Jorge Mautner; eles têm três anos trabalhando com Jorge Mautner. Então, eu queria ouvir de vocês, se vocês já pensaram nisso, se já escutaram? Porque eu já escutei! Essa é a demanda que deles me chega, como diretora de teatro: “Isa, como é que faz pra gente se apresentar e não perder?” O não perder. Eu queria ouvir um pouco depois, quando vocês pudessem falar, se essa é uma preocupação que alguns de vocês já tiveram? Mas nós que estamos na cena, a gente tem essa preocupação.



Ivis Coalha: Boa tarde, eu me chamo Ivis Coalha, eu sou arte-educador, sou artista plástico e também faço parte da comunidade de Itapoã, assim, coordenando, já há cinco anos, a questão da festa de largo e do carnaval. Eu quero fazer algumas colocações a respeito, que eu acho que a questão das festas de largo mais tradicionais da cidade, como estão esquecidas, acho também que faltou pontuar um pouco essas questões. Eu vou citar um exemplo que, recentemente, nós da comunidade fizemos uma proposição aqui na Câmara, fizemos até uma audiência pública com essa temática, tivemos a presença aqui do nosso – que está na mesa – Paulo Miguez, os nossos agradecimentos e, assim, só pra citar algumas questões.

A Festa de Largo da Boa Viagem vai fazer 300 anos agora, em 2012; a Festa de Itapoã fez 106, e são festas com as quais há um sentimento de pertencimento muito grande no que diz respeito a essas

CITA-SE AQUI A QUESTÃO DA PERDA DA IDENTIDADE DO PONTO DE VISTA ESTÉTICO DAS BARRACAS, MAS QUEM TEM MANTIDO, DO PONTO DE VISTA ECONÔMICO, A SUSTENTABILIDADE DESSAS FESTAS SÃO AS CERVEJARIAS, QUE NEGOCIAM DIRETAMENTE COM OS BARRAQUEIROS. O PODER PÚBLICO ESTEVE AUSENTE, NÃO EXISTE NENHUMA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, SEJA DA PREFEITURA OU DO GOVERNO DO ESTADO.

comunidades. Pelo menos nós, itapoaenses, assumimos isso com muita propriedade e sem nenhuma questão do ponto de vista de que seja provinciano ou não, mas esse sentimento permanece ainda, e eu acho que isso é importante nesse sentido. Nós fizemos até um vídeo, fizemos uma homenagem magnífica a uma pessoa que, talvez, as pessoas esquecem aqui, falando de barraqueiro, que é Juvená, que é um ícone, que está lá abandonado, e que precisamos discutir essa questão das festas, a questão das barracas. Nós já temos até um diálogo com a Associação de Barraqueiros para sermos um pouco mais pragmáticos. Quem tem financiado as festas de largo são as cervejarias. Cita-se aqui a questão da perda da identidade do ponto de vista estético das barracas, mas quem tem mantido, do ponto de vista econômico, a sustentabilidade dessas festas são as cervejarias, que negociam diretamente com os barraqueiros. O Poder Público esteve ausente, não existe nenhuma dotação orçamentária, seja da Prefeitura ou do Governo do Estado. Aliás, a conversação tem sido através da BAHIATURSA, que é um órgão de turismo. Eu quero dizer o seguinte: precisamos estabelecer uma política pública de cultura dentro dessas manifestações populares. Não podemos fazer um diálogo com órgãos que pensam simplesmente na questão turística. Por isso eu posso falar de Itapôã, que tem n hotéis cinco estrelas, que tem um poder, vamos dizer assim, da capacidade de interagir dentro do que é o simbólico, da importância que tem para a cidade de Salvador, que eu acho que isso é indiscutível, mas precisamos entender essas questões, primeiro.

Outro item que é importante na festa é a questão do rito tradicional. O que é uma lavagem? Qual o significado que ela tem do ponto de vista simbólico? E do caráter religioso? Seja com a igreja católica ou com os terreiros de candomblé, com relação a suas baianas; eu poderia perguntar aqui, por exemplo, como é que é feita a lavagem do Bonfim, no que diz respeito a essa operacionalização, com respeito à questão das baianas? Então, precisamos pontuar isso, e nós da comunidade de Itapôã, nós estamos abertos para dialogar com isso.

Com relação à questão do carnaval, que é outra coisa que Miguez citou com muita propriedade, nós temos os carnavais dos bairros da cidade, que não é esse modelo que a SALTUR coloca lá, com um palco fixo. Não, tem entidades que participam, tem manifestações específicas também dentro desses lugares, que precisamos fazer um diagnóstico e também potencializar no que diz respeito a essa diversidade no carnaval; não pensar esse modelo só, nem do corpo do trio elétrico, nem tão pouco do palco fixo. Então, eu acho que tem muita coisa que tem de ser discutida. Eu queria, na verdade, aqui, colocar na mesa, o que diz respeito a essa falta de políticas públicas. Acho que o Governo do Estado tem avançado. Foi criado recentemente um Centro de Culturas Populares, mas queremos, não sei de que forma, ir à Secretaria de Cultura, eu não sei se através de editais, eu acho que está precisando é ter um diálogo com quem faz essas festas, quem são as entidades representativas que fazem com que essas festas aconteçam. Então é só isso que eu queria colocar na mesa, como é que eles percebem essa questão da identidade e da diversidade que nós encontramos dentro das manifestações populares, principalmente, no que diz respeito às festas de largo e os carnavais de bairro? Obrigado.



Participante não identificada: Eu quero agradecer à mesa. Foi muito interessante esse mix entre o discurso acadêmico e a experiência magnífica de Dimitri, realmente, e a minha pergunta ao Professor, porque eu sou uma trabalhadora do turismo e muito me interessa. O senhor falou da lógica do turismo, quando o senhor se referiu às dimensões, às várias dimensões que envolvem as festas, especialmente, o carnaval. Então, eu gostaria que o senhor fundamentasse um pouquinho mais a respeito de quando o turismo é maléfico, essa “turistificação» – desculpa, adorei o Professor Jânio com tantas palavras –, para que a gente fique bem situada nessa questão do turismo, o envolvimento da SALTUR e SETUR, que colocam trabalhadores pra atender visitantes durante o carnaval, e eu sou uma delas. Obrigada.



Paulo Miguez: Eu queria, antes de começar, dizer que a Bahia é grande porque há baianos que nascem, inclusive, fora da Bahia, que é o caso de Dimitri. É genial ser baiano por causa disso; a gente sabe que há baianos que, como Dimitri fala: “Eu vim aqui como turista, da primeira vez” (risos). Então, isso eu acho que nos anima mais, nessas discussões. Que bom, Dimitri, ter você como conterrâneo!

Bom, eu vou começar pela última questão que foi colocada: o problema do turismo. Veja bem, eu acho o turismo uma atividade absolutamente importante, eu acho que a Bahia podia, inclusive, explorar muito mais as suas potencialidades turísticas. A não ter um conjunto de equipamentos, a não prestar a atenção devida a questões como aquelas que Dimitri colocou há pouco, isso só diminui o tamanho do turismo aqui, evidentemente. O que eu tenho dito é que, na minha compreensão e foi o que eu quis dizer, a organização de fenômenos do campo da cultura tem que ficar na mão da cultura, não pode ficar na mão do turismo. Não tem sentido que a maneira de organizar uma festa, no caso o carnaval ou o São João ou qualquer outra, ou aquilo que nem a organização propõe, no que sobrou das festas de largo, basicamente Rio Vermelho, Bonfim e Itapoã; aquelas que têm uma comunidade a sua volta conseguiram se manter. Santa Luzia acabou, Lapinha acabou, Santa Bárbara é outro tipo de coisa, mas enfim, a festa não pode ser organizada em função do turismo, como o artesanato não pode ser organizado em função do negócio. Você chegar pra o artesão e dizer: olha seu trabalho é genial, você é um artista maravilhoso, mas agora... suas peças são muito grandes, não dá para vender assim, vamos começar a fazer menor, evita muita curva porque se não dificulta a embalagem, e aí ele vai ter um enorme mercado.

É essa questão que eu estou colocando. Que o artesão precisa vender, que o SEBRAE precisa ensinar a ele a vender, eu não tenho dúvida. Mas o SEBRAE não entende de artesanato, entende de negócio; turista não entende de cultura, e turismólogo ou as organizações ligadas ao mundo dele não entendem disso, entendem de negócio de serviço, de como fazer, como atender o turista e tal. Como organizar a festa, dizemos nós. O turismo se adapta a isso e o mercado deveria também se adaptar, não só ao mercado do turismo, nenhum problema. Eu acho que o turismo não é um problema, pode ser a solução em muitos casos. O que eu acho é que a condução não pode ser deles porque o tecido da cultura é muito frágil, e o peso do *trade* do turismo é muito forte.

Nós levamos dois anos do governo, no início do primeiro mandato do Presidente Lula, para conseguir uma audiência com ele, através do Ministério da Cultura — eu era do Ministério. Para o Fórum Cultural Mundial, em menos de dois meses — o Fórum Mundial de Turismo era uma grande organização, foi feito aqui na Bahia —, imediatamente, conseguiu-se a reunião com o Presidente. Por quê? Porque atrás tem a Odebrecht, e atrás do carnaval não tem nada disso; atrás da cultura, da dimensão cultural do carnaval, não tem nada disso. Então, é nesse sentido. Eu acho que você tem mil possibilidades de explorar a atividade turística no campo da cultura, no campo dos eventos, no campo da natureza etc. Da mesma maneira que não se pode deixar que se entre em uma gruta tantos turistas quanto queiram entrar, porque ela tem uma capacidade de carga que tem que estar limitada, porque senão, acaba com a gruta e nunca mais nenhum turista vai vê-la. A mesma coisa em relação aos fenômenos da cultura.

Um dos resultados desse processo do Estado, nesses últimos anos — Estado e Prefeitura —, ter entregado ao setor do turismo a condução do carnaval, uma das coisas tenebrosas que aconteceu, é que acabou o arquivo do carnaval; e não perdeu tudo graças a Merina — ela nem é baiana —, uma pessoa que merecia o título de cidadã soteropolitana pelo que ela fez ao longo de trinta anos de trabalho no carnaval. O que ela conseguiu salvar está numa sala na SALTUR. Não existe mais. Se você quiser saber quantos blocos desfilaram no carnaval de 1996, não tem, e se tem, tem cinco informações diferentes porque não tinha metodologia, não tinha critério, não tinha relatório, não tinha nada disso; tá tudo acabado. Então não pode; isso tem que ficar numa outra instituição. Aquilo que o Dimitri diz é verdade.

Eu comecei a me interessar pelo instituto do carnaval por conta dessa questão. Eu trabalhei na Casa do Carnaval e, todo dia, como eu era um dos poucos que falava inglês, eu atendia o pessoal que vinha de fora, jornalistas, e a primeira pergunta do cara era: “Venha cá, me diga uma coisa, onde é que tem um lugar aqui com uns livros...; não existe isso?” O cara não acreditava. Por quê? Porque o turismo não sabe cuidar! O turismo sabe levar alguém a visitar um museu, mas não sabe organizar o museu. Então deixa a organização do museu, a informação, o arquivo, pra quem é do ramo. É só essa a questão.

Sobre o companheiro que falou das festas de largo, veja, onde o Estado não está, a cervejaria vai, não é? E aí a gente assiste aos absurdos, onde o Estado comete a bobagem de proibir e padronizar barraca e produzir um modelo a la acampamento da Cruz Vermelha — vai o cara que vende equipamento da Cruz Vermelha pra fazer o toldo. É falta de Estado aí, falta de política pública, falta de compreensão, não tem outra justificativa. A cervejaria não está errada, quem está errado é o Estado. O Estado tem que disciplinar a participação da cervejaria, inclusive dizer: “Olha, se você vai botar dinheiro, eu quero que você bote dinheiro nisso, nisso e nisso. Nisso aí não quero”! Então não bota a marca. Você fecha aquilo, não vai botar sua marca e acabou. O Estado tem poder de polícia, pode fazer isso; não faz porque não quer ou porque

A ORGANIZAÇÃO DE FENÔMENOS DO CAMPO DA CULTURA TEM QUE FICAR NA MÃO DA CULTURA, NÃO PODE FICAR NA MÃO DO TURISMO, COMO O ARTESANATO NÃO PODE SER ORGANIZADO EM FUNÇÃO DO NEGÓCIO. A CONDUÇÃO NÃO PODE SER DELES PORQUE O TECIDO DA CULTURA É MUITO FRÁGIL E O PESO DO TRADE DO TURISMO É MUITO FORTE.



está no bolso das cervejarias, às vezes, desgraçadamente. Eu não estou acusando ninguém diretamente disso, o que eu estou dizendo é que isso é uma possibilidade muito forte.



Dimitri Ganzelevitch: Deveria haver uma proibição de exclusividade.



Paulo Miguez: Claro, óbvio! Às vezes é competidor, disputa às vezes, e é parceiro; às vezes é cúmplice, o que é pior; a parceria ainda é razoável, mas o problema é a cumplicidade.

A minha colega professora, eu confesso que essa é uma questão para entendidos em artes performáticas o que, desgraçadamente, não é o meu caso. Eu não saberia lhe responder como enfrentar, quando você transfere de um lugar e de um local uma manifestação, como é que se dá esse processo. Eu confesso a minha absoluta incompetência. Acho que é um problema interessante e importante, mas eu não saberia lhe responder. No máximo, uma opinião pessoal, o que aqui, justamente, conta muito pouco.

E em relação às questões que o Washington colocou. Primeiro, as outras festas. Eu acho que há uma agenda de pesquisa que precisa ser implementada sobre as questões das múltiplas festas baianas, porque não está cumprida. Mesmo que sobre o carnaval, com o esforço de algumas pessoas, essa agenda não está cumprida e disse há pouco aqui, as várias questões, questão da festa carnavalesca que, até a reconstituição, vai ser complicado se fazer porque você tem poucos depoentes. Você vai ter que ir a arquivos. Os arquivos, a gente sabe que no Brasil são muito mal tratados. Por exemplo, a presença da imprensa carnavalesca no carnaval da Bahia, como é que foi a imprensa ao longo do tempo? Os clubes carnavalescos que desapareceram: Fantoches, Cruz Vermelha. Quer dizer, mapear, documentar, escrever, analisar sobre isso é muito importante, E isso não foi feito. Se não foi feito em uma festa que tem esse tamanho e que gera, imagine lá no interior do estado. Então, esse trabalho de mapeamento, por exemplo, eu acho que é um trabalho que certamente interessa ao IPAC fazer. Da mesma maneira que o Professor Paulo Ormino conduziu um excelente mapeamento arquitetônico do Recôncavo, tem que ser feito também no plano do patrimônio intangível. Isso eu acho que precisa. Agora, é um trabalho hercúleo. Ninguém conseguirá sozinho dar conta dessa diferença e dessa multiplicidade de festas.

E essa coisa que você falava: uma das coisas interessantes do carnaval e que terminou sendo exportado para outros grandes círculos festivos é a emergência de um *star system* da festa, que não existia, até o final dos anos 90. Até o momento que o axé ganha uma atenção midiática importante, ninguém sabia o nome de quem cantava em cima do trio elétrico, o nome do músico, isso não existia e a gente ia atrás do Trio Saborosa, do Trio Jacaré, do Trio Tapajós, dos Marajós: a gente não sabia quem

era o cara que tocava ali em cima, não tinha a menor ideia de quem era, nem a gente dizia “vou atrás do trio de Dodô & Osmar”, ia-se atrás do Fratelli Vita. A emergência desse mercado da festa criou essa novidade que é o *star system*, que mudou, inclusive, a maneira como as pessoas se organizam para brincar o carnaval. Ninguém, hoje, sai mais num bloco; você sai num bloco onde tem a cantora tal. A fidelização que antes era quase que clubística, como no futebol – quem saía no Internacionais jamais sairia no Corujas, por exemplo –, isso acabou; você hoje sai no bloco em que fulano está cantando. A venda dos abadáes mostra que eles entenderam isso rapidamente; eles são muito rápidos nesse processo de produzirem inovações incríveis do ponto de vista do negócio. É feito assim: você vende um carnê para um dia acompanhar Ivete, no outro acompanhar fulano, ou poder acompanhar Ivete todos os dias, cada dia num bloco diferente. E isso alcançou o São João, o modelo desenvolvido no carnaval terminou com as festas do São João, numa certa medida. Você compra hoje cruzado, você compra um abadá e ganha a camisa do Piu-Piu. Então, é aquilo que o Jânio falou em relação às festas juninas, eu acho que você precisa só disciplinar esses processos, entendeu?

No caso do carnaval da Bahia, as pessoas costumam falar muito dos camarotes, por exemplo, que camarote é elitização do evento. Primeiro, vamos acabar com a bobagem. Vivemos em uma cidade dividida, o carnaval será uma festa dividida. Bom, ponto um. Ponto dois: Caetano resolveu esse problema numa canção: “todo mundo na praça e manda essa gente sem graça pro salão”; quem quer ir pro salão, vai pro salão. Eu não posso obrigar ninguém a gostar do carnaval do jeito que eu gosto. Eu posso sim, é me insurgir contra a ocupação de espaço público por equipamentos privados, aí eu posso. Agora, se o Othon quiser erguer um camarote de dez andares e tiver algum louco que queira assistir o carnaval do décimo andar de binóculo, enquanto alguém lhe massageia as costas, eu não vejo nenhum problema, nenhum problema, até porque, quando eu chegar ao final da noite, se alguém puder me massagear, eu vou adorar! Se ele pode pagar por massagem ao longo da festa, maravilha, agora, não no espaço público.

E quem ocupa o espaço público, hoje, são instituições públicas, não são instituições privadas. É a Prefeitura que fecha o Campo Grande todo e impede que as pessoas possam participar do carnaval naquele espaço. Ali devia ter um camarote para o governador, o prefeito, para as autoridades, e para os papagaios de pirata, e para a mídia. O resto tinha que estar aberto. Agora, os camarotes dos blocos é outra coisa. O Ilê Aiyê tem camarote, gente; por que camarote do Ilê pode e do Nana Banana não pode? Tá vendo que não faz sentido isso? O Ilê, é ótimo que faça; o Nana, é ótimo que faça, num espaço privado, cobrem o que quiserem sobre isso e o camarote tem uma dimensão interessante: ele é um reviver, é uma volta ao velho clube social – verdade? Meia verdade! O clube social era fechado para a rua, tinha muro, você entrava e a rua desaparecia. Camarote tem janela. O camarote é, de um ponto de vista simbólico, e eu me permito essa interpretação, a subversão de uma lógica de festa à lógica da festa popular – a festa é lá em baixo, você pode até ficar aqui em cima, malandro, mas você tem que olhar pra baixo, é lá que está a festa. No clube social não, não havia festa lá fora, a festa estava dentro.

Então, é, num certo sentido, a vitória da rua sobre a casa. Agora, sempre vai ter – isso é o traço permanente da nossa cultura – essa tensão, está permanente na cultura brasileira, a casa e a rua, a cultura letrada e a cultura popular. O que você tem é que ter política pública para enfrentar isso, e nós não temos política pública.

Só mais uma coisinha: como fazer? Essa pergunta, sim, e como fazer? Por exemplo, perdemos a dimensão plástica do carnaval. Depois da cena musical, o carnaval se enriqueceu nos últimos anos, são muitos gêneros novos que apareceram – pagode, axé – e vieram renovar musicalmente. E eu não confundo o axé com modelo de negócio de axé, que são coisas completamente distintas, até para parar com a bobagem: “tá tudo igual, a música tá tudo igual”. Não é igual, isso é pra quem não entende, não tem a menor boa vontade, porque não são iguais. O ruim é o negócio, o modelo que está aí. Mas veja, como é que você recupera algumas coisas? Com políticas públicas. Se você fizer um edital dizendo que a ordem do desfile no Campo Grande vai ser definida a partir de projetos que apresentem plasticidade, tema, não sei mais o quê, como o Dimitri fez para as barracas, você vai modificar a ordem do desfile e garantir que vai haver diversidade cultural no desfile. Não vai prejudicar o negócio, o negócio vai continuar existindo, mas vai garantir que a lógica que rege não é a do turista e nem é a do grande comerciante da festa. O que vai reger é a lógica da cultura. São coisas muito simples que você pode fazer, mas depende de vontade política e não há vontade política pra isso!

NO CASO DO CARNAVAL DA BAHIA, AS PESSOAS COSTUMAM FALAR MUITO DOS CAMAROTES, POR EXEMPLO, QUE CAMAROTE É ELITIZAÇÃO DO EVENTO. PRIMEIRO, VAMOS ACABAR COM A BOBAGEM. VIVEMOS EM UMA CIDADE DIVIDIDA, O CARNAVAL SERÁ UMA FESTA DIVIDIDA. EU NÃO POSSO OBRIGAR NINGUÉM A GOSTAR DO CARNAVAL DO JEITO QUE EU GOSTO. EU POSSO SIM, É ME INSURGIR CONTRA A OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO POR EQUIPAMENTOS PRIVADOS, AÍ EU POSSO.

TENHO MUITA
DIFICULDADE EM
ACEITAR QUE CERTAS
MANIFESTAÇÕES
CULTURAIS SEJAM
DESLOCADAS
PARA AMBIENTES
INAPROPRIADOS. O
SAMBA DE RODA SÓ
É BONITO QUANDO
ACONTECE NO MEIO
DO POVO. MAS SE
VOCÊ COLOCAR
O MESMO SAMBA
DE RODA NUM
PALCO, A RELAÇÃO
ESTARÁ MUDADA
COMPLETAMENTE.
VOCÊ NÃO PODE
COLOCAR NUM
PALCO À ITALIANA
UMA COISA QUE FOI
FEITA PARA ESTAR NO
MEIO DO POVO, PARA
ALIMENTAR ASSIM
UMA VERDADEIRA
COMUNHÃO.

30
PATRIMÔNIO
E FESTAS
POPULARES

Washington Queiroz: Se você tiver políticas públicas capazes de fazer com que no interior chegue isso que se chama de “as grandes atrações”, naturalmente, comumente, durante o ano, essas populações vão ter, sim, interesse e vontade de mostrar o que elas fazem, como cultura complexa, cultura de alto valor; elas não mostram e pensam que vão perder a eleição, como disse Jânio, e o prefeito se sente encurralado porque durante o ano todo aquelas populações nunca viram um artista, e ali, naquela oportunidade, é o único momento que elas têm para ver.



Paulo Miguez: E quem não quer ver o seu artista preferido? Eu quero! Quanto mais!



Dimitri Ganzelevitch: Eu gostaria de responder de uma forma um pouquinho indireta, a nossa amiga, sobre o “Cavalo Marinho”.

Tenho muita dificuldade em aceitar que certas manifestações culturais sejam deslocadas para ambientes inapropriados. O samba de roda só é bonito quando acontece no meio do povo. Mas se você colocar o mesmo samba de roda num palco, a relação está mudada completamente. Tive essa experiência uns anos atrás, em 2003, quando levei o grupo Zambiapunga, de Nilo Peçanha, ao Festival dos Ritmos do Mundo, em Rabat, no Marrocos. Foi uma experiência fantástica. Levei quarenta homens, já que o Zambiapunga é composto só de homens. Era gente muito simples. Havia garis, havia vigilantes de escola primária, funcionários da prefeitura, pescadores. Foi uma experiência fantástica. Todos se comportaram de uma forma extraordinária.

Mas, infelizmente, no dia em que eles se apresentaram no festival, tinha havido um atentado terrorista da *Al-Qaeda*, em Casablanca, matando umas quinze ou vinte pessoas, durante uma festa, num clube espanhol. Então, houve um acréscimo de segurança terrível. O Zambiapunga tem uma característica específica de procissão, não fica parado num local, interage com a rua, com a praça e as pessoas, tem que se deslocar. Naquela noite, foi obrigado a se apresentar num só espaço, sem poder usar as ruas de Rabat, pois não havia condições de segurança que lhes permitissem passear. Foi um meio sucesso, apesar das fantasias maravilhosas, o ritmo específico. Passados dez minutos, não havia muito mais para fazer. O Zambiapunga não altera o ritmo, os cantos sempre idênticos, chegando a ser lancinantes. Se for obrigado a permanecer no mesmo lugar, chega a gerar certa monotonia. Ao contrário, saindo de sua sede, antes do sol raiar, o Zambiapunga vai passando pela cidade, despertando os moradores. Ascendem-se as luzes das casas porque é muito cedo, quatro, cinco horas da manhã. Abrem-se as janelas. Cria-se uma interação fantástica. Penso que com o samba de roda é a mesma coisa e com o Cavalo Marinho também. Você não pode colocar num palco à italiana uma coisa que foi feita para estar no meio do povo, para alimentar assim uma verdadeira comunhão. Sou completamente contra a teatralização das expressões populares, forma perversa de “turistificar” a cultura popular.



Jânio Castro: Eu queria, ô Washington, eu queria fazer uma reflexão rápida sobre o que ele falou. Eu discordo do que você coloca em relação ao quebra-pote. Eu não disse que não existe mais, eu falei no caso específico de Cachoeira. Eu vou lhe dar aqui um exemplo. Em Cachoeira, faz-se o tríduo junino, que é o quê? Uma novena que eles fazem numa capelazinha improvisada no meio da festa espetáculo; ficam meia dúzia de pessoas tirando fotos, olhando, visitantes, e as pessoas passando pra lá e pra cá para beber e dançar. No caso do quebra-pote, se você colocar o quebra-pote em alguns lugares, muitos vão achar que é pagar mico. Eu já fiz isso, tentei fazer em Governador Mangabeira. Eu tento estimular alguns grupos culturais, mas a geração malhação, a geração que assiste à TV, que tá assistindo Malhação, esse pessoal não faz; tudo para esse pessoal é pagar mico. Agora, para vocês terem uma ideia, eu acho que um dos caminhos interessantes é o investimento na questão educacional. Estão voltando agora para a escola as disciplinas Filosofia e Sociologia. Espero que seja uma ajuda interessante para a valorização da discussão cultural, porque o que é que nós temos aí? É uma desvalorização da ideia de cultura. Você quer ver uma questão? Na escola, por exemplo, para “entrar na cabeça” de alguns adolescentes que samba de roda é cultura não é tarefa

fácil! A introdução da concepção antropológica para a leitura de patrimônio, foi um dos aspectos mais positivos que tivemos; foi essa leitura antropológica que permitiu a diversificação na ideia do que é patrimônio, que é o saber fazer, é o cantar, é o estilo de vida das pessoas. Isso aí permitiu que tivéssemos hoje a ideia de patrimônio imaterial mais alargada.

Isso é muito importante. Agora, a questão é: isso chegou à escola, por exemplo, àquelas do ensino fundamental e médio, para que houvesse essa valorização? Nós tivemos, durante muito tempo, a ideia de quê? O que vem do índio e do negro é folclore, o que vem da Europa é cultura; a gente foi educado assim. Em alguns livros de Educação Moral e Cívica estava lá bonitinho: Saci Pererê é do negro, é o quê? É folclore; a lara é do índio, é o quê? É folclore. Agora, a cultura europeia... Esse tipo de abordagem parece um absurdo, mas isso ainda está presente nas nossas escolas. Então, nossos adolescentes, que aprenderam que essa cultura erudita é a europeia, do não índio, do não negro, não entra na cabeça deles que o trança fitas é uma manifestação cultural importante, o mesmo se aplica ao quebra-pote... Eu já vi quebra-pote em Cabaceiras do Paraguaçu, por exemplo, eu achei interessante.

E quando os gestores públicos tentam “resgatar” – não gosto dessa palavra – uma manifestação cultural? Aí eu vou criar outro problema sério, que é tentar forçar uma determinada situação, ou seja, a manifestação cultural vai ficar completamente residual, pior ainda, porque ela vai ficar artificializada e mecânica, vai ser inserida de forma até descontextualizada. Então, eu acho que – não estou falando do seu caso –, em alguns debates de que eu participei no Recôncavo, noto em alguns gestores uma leitura romântica de cultura, uma certa romantização. E acontece um negócio que é simplesmente tenebroso, que é complicado. Você está ali, fazendo o quebra-pote porque a Prefeitura está pagando; a Prefeitura está pagando um grupo de pessoas pra fazer trança fitas. Uma vez eu vi num artigo do Dimitri, e achei interessantíssimo, que um grupo cultural estava se apresentando e olhando para o relógio pra ver a que horas ia acabar – eu vi isso no artigo do Dimitri e eu concordo plenamente. “Tá na hora? Já acabou”? Pra ir embora, ir trocar a roupa para, à noite, voltar e dançar o forró eletrônico dos grupos famosos, midiaticizados.

Vou voltar a uma coisa que eu acho importante. Essas palavrinhas que eu usei aqui, minha querida, são: turistificação, mercantilização e espetacularização. A crítica que se faz a elas é que são eminentemente verticais, são coisas que vêm de cima para baixo. As políticas públicas – aí eu concordo plenamente com você nesse aspecto – são bem mais amplas do que decisões de um gestor. Por exemplo, o prefeito decide que ele vai resgatar o trança fitas (ou pau de fitas) de uma determinada cidade do Recôncavo. Isso não é política pública, isso é uma decisão isolada. Políticas públicas são horizontais, discutidas a partir de estudos, dialogados com os grupos culturais, com os negros, o pessoal do candomblé; é algo processual, trabalhado, rediscutido para depois se propor. Então se discute, se analisa, se propõe; aí há horizontalidade, isso sim são as políticas públicas. Se não for isso política para o povo...

Popular e povo não são sinônimos. Nós estamos acostumados a ver isso; festa para povo não é festa popular, são coisas diferentes, do ponto de vista conceitual. O caso de Santo Amaro: os grupos de samba de roda de Santo Amaro querem participar das festas locais? Claro! Adoram participar! Mas são os mesmos grupos que também querem se apresentar na França. Aí eu posso fazer até uma crítica à espetacularização, mas eles querem isso também. O samba de roda, eu acho interessante, eu sambo, eu vou para o samba, eu gosto do samba de roda. Agora, além do samba de roda – que eles chamam samba de ponta de rua, samba de esquina, do samba do barzinho –, eles querem o samba do palco, eles querem ir para o palco, para outros países. Acho uma forma interessante de difusão das manifestações culturais.

Uma coisa que é relevante é a melhoria dos cachês para os grupos culturais locais nas festas populares; paga-se muito pouco. Outra coisa: para algumas pessoas, no palco, é muito difícil manter o jeito, a forma como se samba na esquina das ruas do seu bairro. Para outros não. Aí vamos para a questão de Isa. Eu sou completamente favorável a profissionalização. Se o artista quer se profissionalizar acho que deve-se ajudar. Agora, eu acho perigoso quando essa coisa vem de fora. Um prefeito desse aí resolve: “Não, eu vou profissionalizar vocês, vou tutelar o grupo de vocês”. Ai é complicado.

Aí é perigoso, porque eu vou entrar na seara do verticalismo, eu vou perder as especificidades, eu vou perder a minha cara – a cara do meu jeito de ser – mas, o mais importante para a Bahia (pena que o Professor Paulo Ormino saiu) é a diversidade cultural que nós temos: o trança fitas que desapareceu lá em Cachoeira, está lá em Cabaceiras, em Muritiba, em outras cidades da Bahia. O quebra-pote que não está mais lá em Cachoeira, saiu na década de 1970, está em outros municípios; a burrinha

ESSAS PALAVRINHAS QUE EU USEI AQUI SÃO: TURISTIFICAÇÃO, MERCANTILIZAÇÃO E ESPETACULARIZAÇÃO. A CRÍTICA QUE SE FAZ A ELAS É QUE SÃO EMINENTEMENTE VERTICAIS, SÃO COISAS QUE VÊM DE CIMA PARA BAIXO. AS POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO BEM MAIS AMPLAS DO QUE DECISÕES DE UM GESTOR. POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO HORIZONTAIS, DISCUTIDAS A PARTIR DE ESTUDOS, DIALOGADAS COM OS GRUPOS CULTURAIS, COM OS NEGROS, O PESSOAL DO CANDOMBLÉ; É ALGO PROCESSUAL, TRABALHADO, REDISCUTIDO PARA DEPOIS SE PROPOR.

ESSA DIVERSIDADE CULTURAL DO TERRITÓRIO BAIANO É MUITO INTERESSANTE PORQUE É UM DESAFIO ANALÍTICO, MULTI E TRANSDISCIPLINAR QUE PODE SER ABORDADO SOB O ENFOQUE DO GEÓGRAFO, DO HISTORIADOR OU DO ANTROPÓLOGO; DESCORTINAM-SE VÁRIOS OLHARES PARA ESSA DIVERSIDADE.

desapareceu, não tem mais a burrinha; dá uma olhadinha, viaje um pouquinho pela Bahia, vá lá em Jaguaribe, a burrinha está lá ativa e interessante, em Jaguaribe, no Recôncavo baiano, assim como em Amargosa, Taperoá, Ibotirama. Notam-se assim as múltiplas faces da Bahia e essa diversidade cultural do território baiano é muito interessante porque é um desafio analítico, multi e transdisciplinar que pode ser abordado sob o enfoque do geógrafo, ou do historiador, do antropólogo; descortinam-se vários olhares para essa diversidade. Uma coisa que eu acho muito positiva nessa mesa é a presença dos não acadêmicos. Gostei muito da forma como o Dimitri fala, porque é um desafio a gente tentar não ser acadêmico. Isso tudo é positivo. A forma como você fala, a voz de quem participa, intervém; então eu acho isso muito interessante. É uma questão que eu gostaria de colocar, porque o debate segue. E, por último, uma outra questão que eu também gostaria de colocar, em relação às políticas públicas, é o São João das comidas típicas.



Washington Queiroz: Veja bem, o Miguez falou e de forma acertadíssima, que o tecido cultural é frágil e, em especial, em algumas manifestações da cultura. Então, é dever do Estado promover a cultura dessas localidades. Ou seja, quando Miguez diz que o cara pode ficar no décimo andar de binóculo olhando a festa lá em baixo e alguém massageando as costas, eu digo: lá no interior, o cara pode chegar lá na festa de argolinha, na Vaquejada ou na Cavallhada, no município de Cocos e erguer um prédio de trinta andares e fazer lá uma boate etc. O poder público tem que fazer com que as manifestações locais – da cerâmica, da cultura popular, de todas as manifestações populares, da plumaria, da cestaria – aconteçam; isso é política pública. Isso é que o Estado tem que fazer. Porque se não for assim, se vai à cervejaria e promove. As cervejarias promovem as festas do interior, as grandes construtoras promovem e fazem as construções das nossas arenas e dos nossos modais rodoviários etc. E aí só nos resta uma coisa, pegar o nosso jegue e nos picar.



Jânio Castro: Uma última coisa ainda, em relação às comidas típicas. Eu escutei algumas pessoas falarem o seguinte: “Ô Jânio, mas perdeu aquela coisa pura do São João, porque era aquela canjica, aquele milho, aquelas coisinhas feitas em casa mesmo. Hoje, as pessoas encomendam na padaria”. Sim, gente, mas a sociedade mudou! Por exemplo, eu me lembro da minha mãe... Minha mãe é dona de casa, trabalhadora rural, semiescolarizada; meu pai era trabalhador rural analfabeto. Meu pai, eu me lembro como agora, ficava arrumando a fogueira, e minha mãe, o dia todo, ficava na cozinha fazendo canjica, fazendo bolo. Quando chegava a noite, minha mãe estava cansada, tomava um banho, ficava meio cochilando para esperar o pessoal passar, no “São João de casa em casa”. Que bonitinho! A mulher, hoje, trabalhando, não tem como fazer isso, gente. Então havia essa distinção de gênero. Minha sogra, até hoje, faz isso; chego lá e vejo minha sogra correr pra lá, correr pra cá, minha mãe também. Minha mãe falou com minha esposa: “Ah, você vai me ajudar a fazer um bolo”. Minha esposa falou: “Ô dona Zezé, eu tenho uma reunião hoje, no meu trabalho”. A coisa mudou dessa forma, não se tem mais o tempo que se tinha no passado para haver essa distinção de gênero, da mulher fazer o bolo, fazer a canjica; as pessoas encomendam na padaria, mas os significados, a coisa simbólica, o ir às casas, o festejar, o comemorar, isso não morreu. Eu discordo disso: “Ah, acabou a questão indentitária”.



Paulo Miguez: É que nem pedir a baiana de acarajé para continuar ralando o feijão na pedra e esquecer que existe uma coisa chamada liquidificador.



Jânio Castro: Então tem umas coisas que são um pouco complicadas. Essa distinção de gênero é um pouco complicada por isso. Eu gostaria de fazer uma observação aqui em relação à TVE, parabenizar a TVE pelo que ela faz pela cultura desse Estado – mostra a burrinha, mostra as festas, as

manifestações culturais do Estado da Bahia. A forma como a TVE cobre o carnaval, quando ela mostra os grupos de negros, os grupos de índios. Então eu gostaria de fazer essa ressalva em relação à TVE. Aí você muda para outras grandes emissoras, A, B, C ou D, eu não quero citar nomes, e está lá o foco no artista. Então essa seletividade imagética é complicada também porque quem vê o carnaval da Bahia pela grande mídia muitas vezes não vê a diversidade, não vê os blocos de índios, não vê os blocos de negros. Eu gostaria de fazer essa observação em relação à TVE, porque parte da grande mídia mostra, de forma seletiva e discriminatória, a nossa cultura. A TV Educativa da Bahia fez, inclusive, vários documentários sobre importantes manifestações culturais da Bahia.

Eu vou retomar para fechar o que eu disse anteriormente. Existe um desafio educacional sério, que é a valorização da cultura. Muita gente integrada em grupos de samba de roda não tem ideia da sua importância. Em relação à cultura negra pode-se afirmar que houve discriminação mesmo, e ainda há. Em relação à cultura indígena, foi um processo de invisibilidade; é como se o índio não tivesse as suas manifestações culturais. A destruição da Amazônia não é uma questão ligada apenas à biodiversidade; é um problema ligado à sociodiversidade porque há uma expressiva diversidade de povos naquela macroárea; alguns grupos culturais são endêmicos, ou seja, só existem ali, aquela forma de falar, aquela forma de festejar, aquela forma de comemorar, aquelas práticas típicas, peculiares daquele lugar. Então pode ocorrer o desaparecimento, um etnocídio, ou seja, matar o povo do ponto de vista da sua cultura. Por exemplo, quantas cidades nós temos na Bahia cujos nomes fazem homenagem a negros? Ao povo negro? Quase nenhuma. Temos várias com nomes indígenas, mas muita gente não sabe o significado; quer dizer, é uma situação que comprova um quadro de invisibilidade. Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, de Alagoas, graças a Deus, Zumbi dos Palmares, que bom! Quando eu fui a Maceió, ao chegar lá, foi anunciado: “Estamos descendo no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares”; que maravilha! Espero que não mude o nome, não se coloque o nome de um político tradicional de lá.



Paulo Miguez: Aeroporto Internacional Renan Calheiros, Fernando Collor... (Risos).



Makota Valdina: Na realidade, não é uma pergunta, são considerações diante do que eu ouvi, e que eu fico a pensar sobre São João, sobre Carnaval. E a gente se remete a lugares, locais... E Salvador? E a nossa memória de Salvador? E as coisas que rolam hoje? Que acontecem hoje, que estão sendo criadas ou que ainda estão sendo alimentadas hoje, nos vários recantos? Quem está se preocupando em registrar isso? Em documentar isso?

Porque o que chama a atenção é a coisa mega, mas o pequenininho está ali atuando, a cultura está ali. Como é o nosso São João, nos nossos guetos urbanos de hoje? Porque rola; o sambinha tá rolando, o samba junino. E o samba junino que a gente fazia lá no Engenho Velho de Brotas, no Engenho Velho da Federação, e que foi desarticulado por cima, porque quando viu que estava... que coisa de nego tava dando certo, aí desarticularam pra botar lá no Parque de Exposição e, agora, um São João do Pelourinho, que eu nunca ouvi falar antes. Querem – entendeu? – desmobilizar o que é natural, o que a gente cria com naturalidade. Então é preciso ter atenção a isso. É preciso, hoje, começar a ver como é a Salvador de hoje? Como é que é este São João de quem não viaja? De quem fica aqui e faz o São João, e que canta forró, e que dança o forró, mas dança também, continua dançando seu samba. Claro que tem, porque na década de 1950 e 60, o que era pra gente? Naquela época era um samba, era o forró; mas era também o quê? O ritmo cubano; qual era a festa de negro em que a gente não tinha os ritmos cubanos – Luis Kalaff, Celia Cruz – era parte de nossa festa junina. É a minha memória de festa junina; não é somente forró, samba junino, o samba que a gente saía de porta em porta, de casa em casa; depois, veio aquela feliz ideia de Jorjão, lá no Engenho Velho de Brotas.

Então, hoje, ainda rola o que rola, e como rola! Então, tem que ter uma preocupação de documentação sim, não só Maragogipe, não só Cachoeira, não só onde o povo viaja, onde o turismo está, entendeu? Mas o foco naquilo que tá ali, no miudinho que acontece, eu acho que merece ser registrado. Vem aí Dois de Julho; como é que a gente comemora o Dois de Julho? Será que é só vindo pra cá pro Campo Grande? Como é que a gente faz? O que é que está havendo? O que é que está surgindo nos

A FORMA COMO A TVE
COBRE O CARNAVAL,
QUANDO ELA
MOSTRA OS GRUPOS
DE NEGROS, OS
GRUPOS DE ÍNDIOS.
EU GOSTARIA DE
FAZER ESSA RESSALVA
EM RELAÇÃO À
TVE. AS OUTRAS
GRANDES EMISSORAS
TÊM O FOCO NO
ARTISTA. ENTÃO
ESSA SELETIVIDADE
IMAGÉTICA É
COMPLICADA TAMBÉM
PORQUE QUEM VÊ O
CARNAVAL DA BAHIA
PELA GRANDE MÍDIA,
MUITAS VEZES, NÃO VÊ
A DIVERSIDADE.

A QUESTÃO
PATRIMÔNIO TEM QUE
SE PREOCUPAR COM
AS COISAS QUE NÓS
TAMBÉM ESTAMOS
REINVENTANDO.
COMO NÓS ESTAMOS
REINVENTANDO? DE
QUE JEITO ESTAMOS
REINVENTANDO? E
ALGUÉM ESTÁ DANDO
ATENÇÃO PRA ISSO?
DAQUI A POUCO,
QUANDO VÊ QUE
O NEGÓCIO ESTÁ
CERTO, ALGUÉM VAI
SE APROPRIAR, VAI
COOPTAR, SE ESVAI DA
NOSSA MÃO; JÁ NÃO
SERÁ MAIS AQUILO
QUE A GENTE CRIOU,
QUE A GENTE GEROU.
PRECISA-SE DAR
ATENÇÃO A ISSO.

bairros nas comunidades? Entende? Eu acho que tem que ter também essa preocupação, e aí é que eu quero chegar: aí a gente não tem ninguém pra financiar, não tem cervejaria; é a gente, é a comunidade que faz, a coisa rola porque a gente se junta e a gente faz acontecer.



Dimitri Ganzelevitch: Talvez seja melhor não haver cervejaria.



Makota Valdina: Exatamente, então é aí que eu digo: cadê a política pra ajudar a manter isso? Esse jeito que foi gerado normalmente, e que a gente sabe como administrar, e sabe como fazer economia dessa ação, desse fazer cultural, então eu acho que a gente tem de se preocupar. A questão patrimônio tem que se preocupar com isso, não somente com essas coisas já de grande nome que rola aqui e ali, mas como é que vive o povo das cidades? Dos lugares? É o que você falou daquela festa da Ajuda; aí o foco não vai para ali, porque que não vai? Deve ir para ali. É ali, talvez, que esteja mantendo uma cultura, que ainda é o povo, que o povo é que domina. Eu estou muito contemplada com a tarde de hoje, mas eu queria – a minha contribuição é nesse sentido – que a gente se preocupasse com as coisas que nós também estamos reinventando. Como nós estamos reinventando? De que jeito estamos reinventando? E alguém está dando atenção pra isso? Daqui a pouco, quando vê que o negócio tá certo, alguém vai se apropriar, vai cooptar, se esvai da nossa mão; daqui a pouco, já não é mais aquilo que a gente criou, que a gente gerou, precisa-se dar atenção a isso.



Isa Oliveira: Boa tarde, eu também sou Isa, Isa de Oliveira, aqui no Conselho, onde trabalho como secretária do plenário, mas gostaria de falar como Isa de Taperoá, porque eu sou agente cultural em Taperoá. Vem ao encontro do que eu vou falar, o que disse o companheiro Washington e também Valdina. Eu senti falta de ver mencionada, dentre as festas populares da Bahia, a Chegança de Mouros de Taperoá, uma das tradições culturais mais tradicionais do Estado da Bahia. É um diálogo cantado entre mouros e cristãos; conta as peripécias das viagens durante as invasões à Península Ibérica. Tem origem, portanto, europeia, essa tradição. Mas em Taperoá, ela calhou tão bem que nós conseguimos, com o apoio do Fundo de Cultura do Estado, resgatar – já não se diz resgatar, o pessoal de lá também me chamou a atenção pra isso –, recuperar a Chegança, depois de 28 anos de desaparecida; conseguimos resgatar a Chegança com o apoio do Fundo de Cultura, com um valor de 31 mil reais: a roupa de mouros, reis vassalos, aquela roupa toda e com os marinheiros e, dentre eles, os graduados, os oficiais da Marinha, com seus quepes – eu fui ao Almirante e tudo – e também os calafatinhos. Fizemos com 85 pessoas. Isso prova que a Chegança estava viva, apesar dos 28 anos decorridos, e eu tive que garimpar a letra, de que não havia registro. Nós somos de lá, mas viemos morar aqui; minha mãe comprou uma casa e eu aproveitava e ia pra Taperoá garimpar letras, ouvindo mestres como Seu Braz Pimentel e outras pessoas. Manuscritamente, eu ia anotando o que eles cantavam, minha mãe ajudando, e eu também, de memória, porque quando eu vi a Chegança eu tinha nove anos. E fizemos a apresentação que eles queriam. É tão tradicional essa festa que eles queriam que coincidisse com a apresentação deles. Pelo Fundo de Cultura tem que ser cumprido no prazo três meses pelo calendário da Secretaria – a festa teria que ser apresentada no mês de setembro, mas a festa do padroeiro é no dia 3 de fevereiro, que é a festa de São Braz. Eles achavam que não ia dar certo apresentar a Chegança fora da data de hábito e deu tão certo que o Conselheiro Washington foi lá, na gravação, e ele deu um depoimento. Lia, a Presidente do Conselho, viu um vídeo e se interessou e fez o convite oficialmente, com o apoio do Estado, para essa Chegança se apresentar aqui em Salvador, durante a posse dos Conselheiros. Não vieram porque isso não aconteceu ainda. Ainda esta semana, Lia me falou que pretende cumprir essa promessa que ela fez ao pessoal de Taperoá. Vale dizer também que essa chegança de Taperoá é a mais completa do Estado da Bahia. A gente tem uma Chegança em Saubara, me parece que com 19 participantes; a gente tem uma em Gamboa do Morro, que não chega ao ápice da apresentação porque não faz o combate entre mouros e cristãos, no momento em que os cristãos submetem os mouros ao batismo. É um diálogo lindo, todo cantado e circula pelas ruas. É uma festa religiosa, é muito bonita.

Teve o convite de Keila Rosa – responsável pelo Ponto de Cultura do Brasil na Áustria – para uma apresentação da Chegança e nós não tivemos apoio, nem da Prefeitura local nem do Governo do Estado. Após a apresentação [ao final do projeto financiado pelo Fundo de Cultura], parece que há uma cisão, “não temos mais responsabilidade já demos o dinheiro e pronto”. Eu tentei até que fosse mostrada a Chegança na TVE e não consegui. É interessante, fiz carta, mandei vídeo ao pessoal da TVE, mas, mesmo assim, não conseguimos. O maior desejo do pessoal de lá é ir pra Marrocos, como foi o Zambiapunga de Nilo Peçanha – Bi, do Zambiapunga de Nilo Peçanha, é o meu Rei na Chegança.



Jânio Castro: Nem no *Bahia Singular e Plural*?



Isa Oliveira: Não, porque a Chegança estava morta na época, estava dormindo há 28 anos. Eu gostaria muito, meu apelo é nesse sentido, de inserir a Chegança de Taperoá no calendário de festas populares da Bahia. É de justiça. Muito obrigada.



Pasqualino Magnavita: Eu não queria falar, mas vou falar porque me tocou muito o que falaram na mesa. Eu acho que há um equívoco no entendimento da Cultura, quer dizer, vê-se a Cultura como manifestações etc. Fala-se pouco, ao se falar de política cultural, e não se diz o que é essa política. Porque, antes de mais nada, a política é ética; significa, digamos, visão de mundo e emancipação social. Ou seja, o que acontece? A gente tem uma sociedade de controle em que as formas de expressão, principalmente o turismo, são de sujeição dos indivíduos, não é de liberação. A gente, olhando assim, não toca muito no aspecto porque acha que cultura é cultura, mas cultura é política e num país tão desigual como o nosso, um país em que a gente percebe que não é um país de primeiro mundo, não no sentido cultural, mas se está tentando, o que acontece é que a gente não oferece resistência, a cultura deveria ser uma forma de resistência.

Outro dia, aqui neste auditório, se apresentou economia criativa. O que é isso Economia criativa? Para o mercado? Que mercado? Esse mercado competitivo de uma sociedade capitalista, num extremo de uma sociedade, digamos, pós-industrial, especulativa e de sujeição! Os meios de comunicação não fazem outra coisa que sujeitar os indivíduos ao consumo e faz do espetáculo elemento do consumo; isso não é criticado. Isso é aceito, ou então, quando se diz: O Estado deveria. O que é o Estado, se não uma corporação que somente faz sobrecodificar o que as forças dominantes desejam? E aí não se tem uma concepção. Aí o Miguez fala: “Ah, porque é responsabilidade do Estado”; que Estado? Um Estado que só faz sobrecodificar o que foi codificado por essas empresas, pelo sistema da indústria turística, que é uma das maiores indústrias, depois, acho, que da de armamentos; ninguém discute que o armamento é a maior indústria do mundo; o armamento como forma de guerra, de segurança. Mas gastam-se bilhões para fazer o último modelo, a última arma, o último avião etc.

Então, o que acontece? Não há uma politização cultural no sentido de emancipação, de ética. Ética significa visão de mundo e emancipação. Nós estamos em uma sociedade dominada, toda; o espetáculo é todo dominado pelas Coca-Cola, é isso. (Palmas). Nessa exposição, por exemplo, eu assisto ao espetáculo pela televisão, Parintins, e só se via Coca-Cola isso, aquilo. Quer dizer, é preciso fazer uma resistência! Nós somos dominados. De cinco em cinco minutos, tem uma novela, come isso, come aquilo, use tal perfume, use tal batom etc.; beba cerveja, mas com moderação, tenha paciência. Porque essa é uma sociedade do consumo, a sociedade do espetáculo, e que se faz, justamente, porque só se fala na macropolítica e a micropolítica, que é a sujeição, é o processo de sujeição dos indivíduos através da mídia; os indivíduos olham e veem o que está na mídia e querem repetir, e todo mundo quer ser competitivo.

A competição, uma competição que é, digamos, de rivalidade; não é o prazer de produzir. Então, eu quero estar no palco, eu não quero fazer o samba de roda pelo prazer de fazer. Cria-se esse estímulo de seleção das pessoas que devem chegar ao pódio. Portanto, a cultura que está aí, essa cultura é dada assim. Eu digo que o Ministério da Cultura está nessa estrada e apoiando, com essa economia

OS MEIOS DE
COMUNICAÇÃO
NÃO FAZEM OUTRA
COISA QUE SUJEITAR
OS INDIVÍDUOS AO
CONSUMO E FAZ
DO ESPETÁCULO
ELEMENTO DO
CONSUMO; ISSO NÃO
É CRITICADO. NÃO HÁ
UMA POLITIZAÇÃO
CULTURAL NO
SENTIDO DE
EMANCIPAÇÃO,
DE ÉTICA. ÉTICA
SIGNIFICA VISÃO
DE MUNDO E
EMANCIPAÇÃO.

A CULTURA NÃO É
ESSA GESTÃO QUE
SE FAZ DE CULTURA,
QUE VOCÊ TEM DE
PRODUZIR, TEM
DE PRODUZIR,
CRIAR. CRIAR PRA
QUEM? CRIAR PARA
SUA LIBERAÇÃO,
CRIAR PARA VOCÊ
SER UM INDIVÍDUO,
QUE CONSIGA SE
EMANCIPAR NO
SENTIDO DE VIVER
UMA VIDA, NÃO DE
SUJEIÇÃO E DE
INSTABILIDADE
ABSOLUTA. ENTÃO ME
PARECE QUE TODA
ESSA DISCUSSÃO NÃO
TOCA NO ASPECTO
POLÍTICO, MAS TOCA
NO ASPECTO ÉTICO.
ÉTICO, EU DIGO;
NÃO É POLÍTICA
PARTIDÁRIA, É
POLÍTICO NO SENTIDO
DA LUTA DO HOMEM,
NA VISÃO DE MUNDO E
EMANCIPAÇÃO SOCIAL.

36

PATRIMÔNIO
E FESTAS
POPULARES

criativa, o sistema. E que sistema é? É o sistema de dominação, é o sistema de controle, que não há uma força muito grande para a emancipação disso. Eu também acho que a nossa luta é luta de emancipação, denunciar. O que se está fazendo é uma espécie de domesticação, a gente é domesticado, e aí se estabelece o gosto, o que deve ser; o carnaval deve ser assim, deve ser assim porque existem as forças dominantes que fazem disso uma mercadoria, depois o que é que vendem? Vendem a mídia. O que acontece no Farol da Barra atinge o quê? Aquele pessoal que está ali, mais é a mídia que vai pra tudo quanto é lugar, vai para o interior mostrando Daniela Mercury, mostrando fulano, o *star system*. E aí não se mostra muito — só a TV Educativa mostra — os blocos afros etc. Mas também não se discute que nessas questões de que se falam “há os blocos”; entre eles há relação de poder. Quer dizer, não é uma coisa tão simples, “há os blocos” é uma luta interna.

Então, é preciso ver a micropolítica e não somente essa visão macropolítica. Eu acho que isso é importantíssimo porque a gente fica preso a uma vida de sujeição, a gente vive num mundo em que a gente tem agora a coleira eletrônica, porque o sistema é virtual. Então eu acho que é muito importante que a gente traga essa questão da cultura, reflita sobre: o que é esse Estado? O que é público? A gente sabe que não existe quase, o que existe é a privatização de tudo. (Palmas). Vou dar um exemplo; você que anda numa estrada, eu compro meu carro, tenho a minha propriedade, eu tenho direito como indivíduo de ocupar um espaço na estrada; e um ônibus, nele entram 60 pessoas, e ele corresponde ao espaço de dois carros. É o privilégio do privado. Vão fazer a ponte de Itaparica, mas não se estuda o elemento, o fundamento para se fazer essa ponte. São os grupos econômicos que querem construir a ponte porque vão ganhar muito com isso e com pedágio, não estão pensando na população.

Então, eu acho que a gente tem que reagir. E sobre a forma de entender que a política é uma política de Estado; é preciso saber o que é o Estado, e o Estado, no sentido em que estamos vendo agora, é um Estado que tende à privatização. Porque está sendo tudo terceirizado, tudo é comercializado. E a cultura é um grande comércio, o turismo é um grande comércio, é tudo mercadoria. Portanto, acho que tinha que ter uma forma de reagir a isso, mostrar que se deve alfabetizar culturalmente como fazia Paulo Freire com os camponeses. A cultura não é essa gestão que se faz de cultura, que você tem de produzir, tem de produzir, criar. Criar pra quem? Criar para sua liberação, criar para você ser um indivíduo, que consiga se emancipar no sentido de viver uma vida, não de sujeição e de instabilidade absoluta. Então me parece que toda essa discussão não toca no aspecto político, mas toca no aspecto ético. Ético, eu digo, não é política partidária, é política no sentido da luta do homem, na visão de mundo e emancipação social. Se não tiver isso, a gente está fazendo o quê? Está ajudando ao sistema.

O que eu sinto é que é preciso ter esse posicionamento e a crítica atual de cultura não está fazendo isso, está atrás de adentrar no sistema de produção, que é o nosso sistema dominando o mundo, que é um sistema de produção pós-industrial. Quer dizer, a gente só visa o lucro, é tudo mercadoria, e a cultura está se tornando cada vez mais mercadoria, e a gente tem de fazer resistência; e nós, principalmente num país como o nosso, tão desigual, a gente vai atrás. Você vê o que acontece com o futebol, virou uma mercadoria; cada indivíduo daquele é uma mercadoria que recebe medida e depois é vendido; o cara faz um gol na vida e é espetacular e fica todo mundo babando. Eu acho que a mídia está formando a nossa subjetividade, e a gente não está entendendo, estamos todos nós com a coleira eletrônica. Eu tinha isso a dizer, desculpem um pouco a maneira como eu falei. (Palmas)



Jânio Castro: Não tivemos perguntas específicas para a mesa, mas tivemos ponderações muito interessantes. Concorro em relação a essa questão do samba junino, por exemplo. Tem muita gente que está aqui que desconhece, não sabe que existe o samba junino aqui na Bahia, na Federação. Aliás, uma coisa que é importante se colocar: outro dia eu vi em uma cartilha de uma conferência de cultura algo que acho complicado: “é preciso levar a cultura, sobretudo para determinadas áreas periféricas”. Seria uma coisa absurda, quer dizer, a cultura está lá, não se precisa levar a cultura para lugar nenhum. Essa visão de cultura, como se a cultura estivesse fora do indivíduo, já foi superada há muito tempo. A cultura popular está lá, não precisa levar a cultura pra lugar nenhum. Confunde-se, às vezes, do ponto de vista conceitual, cultura com equipamento cultural e, às vezes, empobrece até o conceito de equipamento cultural: é o cinema, é o teatro, é o museu; aí é algo complicado... E a casa do samba na área periférica? Como é que aparece? Tenho muito medo dessa cooptação porque, às vezes, há um esvaziamento em alguns aspectos.

E uma coisa que eu acho muito interessante também é a ideia de cultura de periferia, da cultura do índio, da cultura do negro, como manifestações culturais que devem ser valorizadas. Aí eu volto a bater na mesma tecla da questão da escola. Que tipo de escola nós estamos tendo, no ensino fundamental e médio, que forma pessoas que não valorizam, ou não enxergam, ou não conseguem enxergar como a manifestação cultural é importante no sentido de expressar as peculiaridades do seu lugar.

É uma provocação que eu sempre faço e eu acho interessante. Ouvir o Professor Pasqualino é sempre um prazer. Na época do doutorado, ele foi meu professor na disciplina Seminários Avançados I. Estava aqui rememorizando essas discussões. Eu conheci alguns autores como Deleuze e Guattari e outros grandes críticos da sociedade pós-moderna, do capitalismo, a partir das indicações do Professor Pasqualino. E eu concordo com ele em relação a esse olhar crítico, realmente, que nós devemos adotar. Aqui, no caso, Professor, temos duas dimensões de análise. O primeiro aspecto a se considerar é que manifestações culturais acontecem dentro dessa perspectiva da macroanálise. Vivemos em país onde o capitalismo predomina, em termos de macroanálise, e temos a outra perspectiva de abordagem que é esse viés que o senhor nos trás, dessa visão maior, dessa perspectiva mais libertária que envolve também a perspectiva autogestionária, que é a dimensão da micropolítica, que seria como catapulta desse sistema capitalista, para se derrubar isso; seria o dismantelo total do sistema capitalista, o fim, o dismantelo total disso aí, para a gente ter uma dimensão bem mais horizontal na visão, na gestão, na abordagem da concepção de cultura, que traria isso aí que o senhor coloca muito bem, que é a questão do micro, a questão da micropolítica.

Como muito bem o senhor colocou, é muito difícil pensar na dimensão do micro, da micropolítica ou da microação em termos de ativismo sociopolítico, numa sociedade molar como essa que nós temos. Nós temos modelos molares, do ponto de vista administrativo, do ponto de vista da gestão, da macrogestão; é tanto que eu falo da macrogestão do território. O senhor falou da questão das rodovias. Outro dia alguém me perguntou: “Ô, Professor, o que é que o senhor acha da divisão dos Estados?” “Querem dividir a Bahia, o Pará”... Aí eu respondi pra eles que a questão não está no tamanho do território e sim no modelo de gestão, porque se fosse o tamanho, por exemplo, Sergipe e Alagoas seriam uma maravilha em termos de indicadores sociais. Eles não são. Pelo contrário, o índice de desenvolvimento humano desses estados é ruim. Não é dividir que vai resolver esses problemas. Agora, temos uma situação que é a seguinte: a maioria aqui quer uma alternativa, esse sistema socioeconômico que nós temos aí, capitalista, que é o que predomina, é um sistema que é injusto, espoliador, é desigual em seus vários aspectos. É complicado. Nós queremos uma alternativa pra ele, um sistema socioeconômico alternativo. Nós poderíamos ter essa perspectiva que o senhor coloca.

Acho muito positiva essa questão: a mobilização política e o ativismo. A questão da relação entre política e cultura é muito interessante, mas ela foi muito empobrecida durante muito tempo. Cidadania cultural. Essa expressão começou a ser popularizada de alguns anos pra cá. Nós aprendemos que a cidadania era algo somente da esfera política, durante muito tempo a gente aprendeu isso. Desde o livro tradicional de Educação Moral e Cívica, quem é o cidadão? É aquele que cumpre seus deveres e que goza dos seus direitos. Sim, mas essa é uma concepção ultrapassada, que não se aplica ao nosso tempo.

O cidadão é aquele que cumpre seus deveres e questiona-os, goza de seus direitos e luta para ampliá-los. Milton Santos nos traz a diferença do cidadão para o consumidor, quando ele diz que o consumidor é aquele que se contenta com os bens finitos – nosso carro, nossa roupa, nosso sapato – enquanto o cidadão é aquele que busca o infinito, o bem infinito. Nossas conquistas em termos de ativismo político, por exemplo, elas são transtemporais, eu vou morrer, mas elas vão ficar aí. Então, a cidadania, pressupõe um bem em termos infinitos. Aí entra essa perspectiva utópica, não utópica no sentido do inalcançável, mas utópica do realizável em termos de mobilização social, em termos de ativismo político e cultural.

Agora, nós temos um problema sério que é uma briga contra grandes grupos, sobretudo alguns setores da chamada grande mídia. É um desafio enfiar na cabeça das pessoas que eu posso conseguir, que eu posso estimular o ativismo político, ou que as minhas manifestações culturais são expressões identitárias importantes. Muitas vezes o embate é contra os grandes grupos de mídia, os grandes grupos econômicos, o que não é uma tarefa fácil. Eu trabalhei em rádio. Comecei em rádio comunitária, depois trabalhei em outras rádios, e um sujeito, figura importante de uma rádio que eu me reservo de dizer o nome, chegou pra mim e disse: “Você não vai muito pra frente em rádio porque você é muito ousado”. Na época, eu fazia locução de futebol, mas só que questionava muita coisa. Eu trabalhava

CIDADÃO É AQUELE QUE CUMPRE SEUS DEVERES E QUESTIONA-OS, GOZA DE SEUS DIREITOS E LUTA PARA AMPLIÁ-LOS. MILTON SANTOS NOS TRAZ A DIFERENÇA DO CIDADÃO PARA O CONSUMIDOR, QUANDO ELE DIZ QUE O CONSUMIDOR É AQUELE QUE SE CONTENTA COM OS BENS FINITOS – NOSSO CARRO, NOSSA ROUPA, NOSSO SAPATO – ENQUANTO CIDADÃO É AQUELE QUE BUSCA O BEM INFINITO. NOSSAS CONQUISTAS EM TERMOS DE ATIVISMO POLÍTICO, POR EXEMPLO, ELAS SÃO TRANSTEMPORAIS, EU VOU MORRER, MAS ELAS VÃO FICAR AÍ.

com transmissão de futebol. Chegava lá, na cabine do futebol, um papelzinho pra mandar um abraço para o Deputado Fulano que chegou à tribuna de honra do estádio — e eu não fazia. A coisa não é fácil, você vai se decepcionando até sair. A luta em termos de ativismo político e a relação entre política e cultura, normalmente, não é empreitada fácil. Eu concordo com o senhor em relação à crítica a tudo isso, mas eu estou trazendo aqui, Professor, algumas coisas do que pode ser possível, viável dentro das condições que nós temos. Tem pessoas que pensam assim: “Jânio, eu quero que esse sistema capitalista vá para os ares, mas, enquanto isso não cair, como eu posso valorizar meu grupo de samba, minhas manifestações culturais?”

Acho interessante o que a senhora disse aqui, e importante. Como é que eu posso, valorizar e divulgar essa pequena festa, esses eventos festivos que não estão ainda no olho da mídia? Quais as possibilidades que eu tenho de valorização cultural dessas manifestações lúdico-festivas? Tem que ter muito cuidado com o seguinte: os órgãos de valorização, sejam o Ministério da Cultura, Secretaria da Cultura ou IPAC, não andam a reboque da mídia. Aliás, muitas vezes, o interessante mesmo é não estar no foco da grande mídia. Determinadas manifestações culturais se mantêm, mesmo do ponto de vista intersticial, fortes, pulsantes e conseguem isso sem a tutela do Estado ou da grande mídia.

Boa provocação. Quando eu era garoto, oito ou nove anos de idade, pedia dinheiro a minha mãe para comprar bala ou geladinho. Eu falei ao telefone pela primeira vez com dezoito anos de idade, eu tenho quarenta anos. Quando eu era garoto, nem televisão tinha lá em casa, imagine telefone, pelo amor de Deus! Então, os grupos, as pessoas que nós temos hoje são tão diferentes! É nesse ponto que eu quero chegar; a bala do meu tempo de garoto talvez não interesse mais às crianças de hoje porque há tantas opções para se comer, mas isso depende do contexto, dos sujeitos envolvidos.

No Recôncavo baiano, em uma casa com cinco moças, quando a quinta se casa, as pessoas dizem que os pais “quebraram o pote”. Não sei se alguém já ouviu falar de “quebra-pote” ou “quebra-panela”; acho que alguém já ouviu falar nisso, não é? Pega-se um pote de barro, enche-se de balas e joga-se no terreiro para as crianças pegarem. Joga-se um pote cheio de bala para a meninada correr e pegar. Eu vi isso no final do ano passado, na zona rural de Cabaceiras do Paraguaçu, quando um primo de minha esposa se casou. Eu achei aquilo tão interessante que eu digo, gente, eu não imaginava que esse tipo de coisa ainda iria interessar, inclusive às minhas filhas, que correram pra pegar as balas do pote que se quebrou. E minha filha menor perguntou: “Ô, painho, por que ela fez isso”? Porque ela casou a última filha da casa.

Então, há determinadas práticas que se pensa que estão extintas, mas não, elas continuam; há outras situações que não adianta tentar forçar porque elas não vão mais voltar, perderam a energia, perderam a vitalidade, a energia que as alimentava não existe mais. Não adianta forçar, é igual à quadrilha. Criticam-se muito as quadrilhas estilizadas, que às vezes são exageradas, mas a vaidade das adolescentes de hoje está tão aguçada com o apelo midiático que dificilmente eu vou ver uma menina com aquele vestido de chita com os babados tradicionais para dançar quadrilha; ela quer ter um saltinho, ela quer ter algo diferente, porque ela é “bombardeada” midiaticamente. Ela quer dançar sensualmente. Aí eu vou contrapor, vou pedir para que elas façam diferente; e se não quiserem? Se embirrarem? Se fizerem cara feia? E se dançar a quadrilha olhando para o relógio, pegando exemplo do Dimitri? Que hora vai acabar? Porque não está gostando da roupa, porque está doida pra tirar aquela roupa pra vestir a calça jeans pra dançar forró. Não é fácil discutir os gostos. Estamos com duas coisas aí: uma, a subjetividade de cada um, o sujeito; outra, as coletividades, esse “bombardeio” midiático.



Tainan: Eu cheguei meio que de paraquedas, quando me falaram que o tema era a cultura popular. Quem me conhece sabe que é um tema que eu venho batalhando há muito tempo e fiquei muito feliz de ouvir e me ouvir, através das palavras aqui do Professor, porque, talvez um dia, cada um possa ter exatamente a sua especificidade. Cada um tem o seu jeito de falar, eu posso não falar da mesma maneira, e, exatamente por sofrer na pele, a gente tem que gritar. Então, ao me dar um tropicão, você não vai dizer apenas desculpe, você vai dizer: “porra, puta que pariu!”. Também devolver ao Professor, a sina não é uma utopia não, é uma realidade. Porque é assim que eu me coloco, nessa resistência. Então, essa invisibilidade existe de fato porque existe uma resistência, a resistência da mesma maneira que você falou. Eu respeito aquele que quer estar no palco, na espetacularização,

que quer estar lá na Sorbonne, nas faculdades, enfim. Agora, eu quero que seja respeitado o meu direito de estar nas esquinas, nas ruas, nas praças. A única diferença, pra mim, é eu ter isso muito bem resolvido. Já chamei a atenção, aqui mesmo nesse plenário – pena que quando chega exatamente nesses momentos, as pessoas que deveriam estar presentes para nos ouvir, até porque tem como ouvir outros, falando a nossa mesma língua não estão, porque é importante, porque são gestores culturais, que abrissem os ouvidos para coisas superimportantes que foram ditas aqui, dessas experiências vividas.

Eu já perguntei aqui, perante pessoas do Ministério da Cultura, que muito me espanta nessa politização toda é a gente falar de cultura e não trazer à tona a Constituição de 88. A pergunta que eu gostaria de fazer, mais uma vez, para os gestores públicos, que acabou com essa ideia da cultura da Europa, elitista e nos colocou como iguais, então a minha pergunta é, continuo provocando, porque ainda temos essa política separada, quando falar da nossa cultura, tem que falar que é a nossa, cultura popular, saberes, fazeres. A gente mesmo não está fazendo a lição de casa. Estou falando de cultura, por que ainda precisamos de termos que nos separam, nos definem? Então essa definição só existe por conta desse preconceito, desse desconhecimento; trazendo um exemplo claro, hoje, do dia-a-dia, pra lhe dizer que a luta existe, a resistência existe, exatamente por não estar com coleira, não aceitar uma coleira.

Hoje eu me fazia essa pergunta no Passeio Público, gritando: eu quero fazer, quero que o IPHAN me responda, como se fala da História, de patrimônio, de tombamento, quando falar da história de Salvador ainda no olhar do colonizador, do europeu, e do que veio depois, e quem já estava? O que aconteceu com os povos nativos? O que aconteceu com o povo Tupinambá? Onde nós nos fazemos presentes na cultura de Salvador? Como nos fazemos presentes no século XXI, dentro dessa cidade? Como estamos nesse São João dentro dessa cidade? Como estamos aqui com um grupo de teatro? Como estamos aqui com uma biblioteca? Porque não estamos aqui como folclore! Estamos como cidadão! Lutando pelo seu direito, no século XXI, com uma única diferença, saber a minha história e a minha identidade, saber que aqui não é o Teatro Vila Velha. Aqui é a Vila Velha de Salvador, a primeira cerca, o primeiro aldeamento, o primeiro símbolo de roubo da nossa história e da nossa identidade. Por isso que não estamos na mídia, por isso que somos perseguidos. Para o meu espanto, a pergunta está aqui, a prova, porque eu só ando armada – a arma é a informação. Eu quero que o IPHAN me responda, porque eu estou denunciando, Professor, lutando há muitos anos; estou querendo saber como foi esse processo de tombamento? O que é que acontece com esse Passeio Público? O que é que está acontecendo com essa cidade com a questão da Copa? Esses espaços públicos históricos, sítios arqueológicos, cemitérios indígenas; existe um manto sagrado do povo Tupinambá, só não está no Brasil, não é nem na Bahia, só não está no Brasil. Porque não existe um museu adequado para se trazer um patrimônio de um povo, de uma história.

Enquanto isso, numa programação de um teatro particular, mantido com verba pública, a história da privatização dos espaços públicos: um estacionamento. Um lugar como esse, histórico, como o Passeio Público, divulgado como estacionamento, amplo estacionamento. Se é questão de história e patrimônio, temos árvores; se a gente falar aqui do baobá, quem é vai saber de que árvore estou falando? Todos vão saber qual é o significado do baobá para o povo africano, mas, talvez, na cidade de Salvador, esses dirigentes culturais não saibam responder o que é uma paineira, uma sumaúma ou uma barriguda, para os povos nativos dessa terra, porque, se soubessem, jamais ali seria divulgado como estacionamento. Jamais um espaço como esse, histórico, de luta e de resistência, único, único que nos resta como símbolo histórico de um povo. Porque quando se fala do índio, ainda somos índios, não estamos na Ásia, a Ásia não é aqui, somos povos, etnias, e como o povo Tupinambá se faz presente nessa cidade?

Você falava do São João; como é que nós respondemos ao instituto, ao departamento de museu, me parece que ainda está acontecendo aqui uma exposição, eu não sei quem já viu, mas vão ver. Cadê? Alguém estava com o programa aqui do São João. Eu não sabia se chorasse, se risse, porque até a fogueira está colocada lá como herança da Europa, na festa junina. Então eu não sabia que o nosso povo, aqui há mais de 50 mil anos, importou a fogueira da Europa. São aspectos universais? São. Não dá, eu tenho que fazer essa provocação toda, porque dentro desse trabalho, Professor, de não estar com uma coleira, eu fui recortando a minha história. Quando eu provoço, cadê as Academias? Pra trocar de fato com essa oralidade, pra descobrir, inclusive, porque tem a batalha dos mouros e do cristão? Por que tem a cavallhada? Por que essas manifestações? Eu sou apaixonada pela minha cultura.

O QUE ACONTECEU
COM O POVO
TUPINAMBÁ? ONDE
NÓS NOS FAZEMOS
PRESENTES NA
CULTURA DE
SALVADOR? COMO
NÓS NOS FAZEMOS
PRESENTES NO
SÉCULO XXI, DENTRO
DESSA CIDADE? COMO
ESTAMOS NESSE
SÃO JOÃO DENTRO
DESSA CIDADE?
COMO ESTAMOS AQUI
COM UM GRUPO
DE TEATRO? COMO
ESTAMOS AQUI COM
UMA BIBLIOTECA?
PORQUE NÃO
ESTAMOS AQUI COMO
FOLCLORE! ESTAMOS
COMO CIDADÃO!
LUTANDO PELO SEU
DIREITO, NO SÉCULO
XXI.

NESES ENCONTROS,
POR SI SÓ, É A
REPETIÇÃO DE
UM MODELO. EU,
PARTICULARMENTE,
[ACREDITO] QUE ESSE
NÃO É UM ESPAÇO
PARA SE DISCUTIR
ESSE TIPO DE
MATÉRIA: A CULTURA
POPULAR, ESSA
DIVERSIDADE. AINDA
ESTAMOS DISCUTINDO
ESSA MATÉRIA NOS
ARES CONDICIONADOS.
ENTÃO EU FAÇO A
PROVOCAÇÃO, EU
DIGO QUE O MODELO
TAMBÉM TEM QUE
SER ALTERADO.

Agora, jamais, Professor, eu deixei de vista que serviu para colonizar. (Palmas). Elas foram ferramentas utilizadas para dominar, esconder a nossa verdadeira história. A capoeira é linda e maravilhosa como patrimônio, como aspecto da dança, da beleza, daqueles corpos dançados, mas como ferramenta de luta de um povo e de povos que se juntaram? Não, ela não é apresentada; o mouro e o cristão. “Ah, é uma influência da Europa”. É da Europa, para quê? Pra obrigar a batizar o meu povo! A ter nome europeu! Pra esse teatro, essa cultura popular que eu faço, redes cobrindo a minha história que foi manipulada e usada.

Todos os anos fazemos um seminário aqui, no Passeio Público, trazendo pra discussão folclore e cultura, porque dentro da minha busca eu tive que descobrir que me ensinaram errado, como ensinaram a muita gente, *folk* – história; *lore* – não sei o quê mais lá. Na minha pesquisa, minha luta descobre: tinha nada disso na verdade. Por isso que a gente está nessa mesma discussão até hoje. Vou passar um material pra você, para quem interessar possa, onde essa discussão vai ganhar outro olhar. Folclore é, nada mais nada menos, que invenção da polícia. Foi criada uma revista na França, que deram o nome de *Folclore*, que circulou entre os policiais como estratégia de se observar como é que aquele povo se manifestava para controlar. Tanto é que se a gente olhar para as nossas manifestações, sempre a repressão passa primeiro, para que as nossas manifestações possam acontecer. Se alguém estiver interessado, eu tenho um vasto material e a nossa luta, inclusive, é divulgar. Temos, literalmente, aqui embaixo do Conselho de Cultura, uma biblioteca. Por isso é que não faço questão da mídia, nós não estamos na mídia, porque ela nos coloca como bagunceiros, procuradores de problemas, eu como pessoa problemática, porque é o único caminho de quem quer realmente reconstruir a sua história, a sua identidade e a sua cidadania, independente de governo; se o governo vai achar interessante ou não, se é questão de diálogo ou não, isso eu faço questão de registrar, mais uma vez, nesses encontros, por si só é a repetição de um modelo. Eu, particularmente, [acredito] que esse não é um espaço para se discutir esse tipo de matéria: cultura popular, essa diversidade dentro, que deixa claramente o que eu disse anteriormente. Ainda estamos discutindo nesses espaços, nos ares condicionados. Então eu faço a provocação, seja lá quem foi que organizou, eu digo que o modelo também tem que ser alterado. Então, por que não foi no Terreiro? Por que não foi num grupo de capoeira? Por que não foi num grupo de teatro de rua? Não foi lá, literalmente, pra rua?

Então nós que fazemos esse tipo de militância, a gente também tem que parar com esse modelo, modelos do ar condicionado. A gente fala que não é acadêmico, mas é acadêmico, porque, cadê os nossos mesmos? A galera de pé no chão, a galera da rua, cadê a galera lá do samba de roda? Nosso povo, aqui junto. Então, isso se for esperar por ele, jamais vai acontecer. Então essa é a nossa provocação de todos os dias. Faço o convite. Pode ser em qualquer outro momento, que vão nos conhecer, vão nos visitar, que temos muito que compartilhar e, Professor, eu faço questão de lhe convidar para conhecer o nosso espaço e não diga mais com utopia não, diga conheço, conheço uma turma que está aí batalhando e tem essa consciência. Porque um dos nossos maiores problemas é que as pessoas tentam nos convencer que precisamos nos organizar para ter visibilidade. Porque eu me recuso a fazer projeto, eu não quero patrocínio da Petrobras, eu não quero patrocínio de uma série de grandes marcas, porque é uma contradição, do meu ponto de vista, no que eu defendo, da minha ideologia, eu não tenho porque aceitar o patrocínio de uma Petrobras; eu tendo consciência de que ela contribui, é uma das maiores contribuidoras para a destruição do meio ambiente. Como militante dessa área, então, eu acho que é contraditório, uma Coca-Cola da vida, como vários bancos, é contraditório pra mim, por exemplo, dentro do meu fazer. Então isso é real, isso não é um sonho, não é uma utopia porque, necessariamente, quem quer a mídia já diz qual o lado que quer. Eu traduzo da minha forma curta e grossa muito simples. Eu vejo muitos, muitos dos meus fazerem o discurso do quilombo e da aldeia, mas na verdade 99% queria estar é na casa grande! Obrigada. (Palmas)



Raimundo Bujão: Boa tarde, eu queria me apresentar: sou Raimundo Bujão, sou militante do movimento negro, e acho de extrema importância essas reflexões. Eu estava conversando aqui com Ives, justamente isso, cultura. Sou filósofo de formação, e a cultura também é contraditória. A cultura é contraditória e aí tem uma confusão entre cultura e tradição, que é complicado você dimensionar se tradição é cultura ou quando a cultura é tradicional. É confuso, por exemplo, a senhora falou da Che-

gança. Eu vi isso também, na minha infância, em Itapoã. Estava falando pra Ives, nós, quando éramos crianças, não sei se as pessoas se lembram, tinha uma manifestação das mais concorridas entre os jovens de Itapoã e eu, como negro, vou me levantar pra dizer pra vocês. Era uma coisa extremamente... (para vocês analisarem hoje, como militante negro). O cara se banhava de preto, se banhava de preto literalmente, de betume, saía com uma corda na mão e uma imensidão de jovens gritando como se fosse o diabo, e eu fazia isso quando era criança. Que bicho é esse? Que dinheiro é esse? É um tostão. Que bicho é esse? É o negão! É um personagem, um dos mais tradicionais dos carnavais de Itapoã, e eu, na minha infância, na minha adolescência, tomei muitos caldos no mar, porque quando ele pegava um da gente, ele dava um caldo na beira da praia. Vocês imaginem!

A cultura é contraditória e aí é outra coisa que eu ia falar para o Professor. Taí um homem, um ser humano, que quando sai da caverna, que encara a possibilidade de se defender, o poder é a sua referência subjetiva, e aí você tem que discutir se isso é ideologia. Eu acho muito legal, por exemplo, eu tenho muito pouco desejo material, muito pouco. Não gosto de passar fome nem de desperdiçar comida, por exemplo, porque como eu tive o gosto da fome na minha infância, eu acho que desperdiçar comida é esquecer os outros. No prato, onde eu estiver, em qualquer lugar, pode até reparar, mas vai ficar vazio, só vou botar o que eu posso comer e não vou desperdiçar nenhum grão. Isso é uma questão de filosofia de vida, porque eu não gosto de fazer isso. Porém não dá para você fazer discurso revolucionário numa condição privilegiada, numa sociedade em que nós vivemos na desigualdade, que foi edificada na desigualdade. Mas o que estamos buscando aqui, na verdade, e aí eu acho que esse é o discurso do movimento negro, nós não queremos discutir agora socialismo, comunismo, nós queremos inclusão. Nós queremos, como seres da sociedade, ser incluídos na sociedade, seja de consumo, seja revolucionária, nós queremos fazer parte dela.

Então eu acho que a cultura deve servir nesse sentido. Ser uma forma de você buscar a sua existência, enquanto sujeito do processo. Tem um tema que a gente não discute nesses espaços, Professor, que a gente desvia. Eu acho que a mídia, eu acho que o problema está na mídia. A mídia são as pessoas, é o poder, claro, porque assim a mídia é uma concessão, minha linda, porque a gente quando fala dessa forma, nós também estamos entregando para os caras de bandeja. Porque não pertence a eles. Eles se apropriam pela dependência, pela, como é que eu diria, pela subalternização de quem está no poder, a esses caras. Porque a Globo não pede voto, ela não vai lá buscar o voto para ela ter a transmissão, ela negocia politicamente e a partir da negociação, faz da forma que lhe é conveniente, como, por exemplo, a Igreja Universal, hoje, é a segunda força do poder nesse país.

Hoje, por exemplo – olha o que é cultura – hoje todo mundo fala que é dia de quê? Pra mim é dia de Xangô, é quarta-feira hoje. Dia de Xangô e dia 29 de junho, Dia de São Bento. Vá procurar, você tem uma cultura católica estadualizada, o Estado, a maioria das festas baianas que nós conhecemos é tudo da Igreja; os feriados são da Igreja. Não, eu falei quase todos, tá entendendo? Na verdade, quando a gente pergunta, por exemplo, o mês de Obaluaiê, o mês de agosto, que deveria o Estado fazer uma promoção, educar as pessoas para saber o que significam aquelas pessoas na rua, oferecendo flores, que se chamam de pipocas. Isso é cultura.

Então o que eu estou querendo discutir é: nós queremos ser inseridos; eu quero ter visibilidade. Eu não quero que uma mulher daquela que passa ou um homem que passa na sua missão religiosa seja agredida na sociedade. Que as pessoas achem que isso é normal, entendeu Professor? Eu queria falar com o Professor Pasqualino, que eu gosto muito de dialogar, na viagem dele, mas é tipo assim, é confortável. Eu quero viver da realidade de onde eu saí; eu sei o que é o gosto da fome, e pra mim isso é parâmetro. Quem não sabe o que é o gosto da fome, discutir ideologia é tábua de devaneio. A fome, quando você tem fome, comadre, você não tem... Então as pessoas são famintas e são envolvidas, e têm poder crítico e a mídia envolve. Eu, por exemplo, compro roupa na Baixa dos Sapateiros. Eu, quando vou ao Iguatemi, é uma dificuldade, porque eu visto apenas pra cobrir meu corpo, porque eu não posso andar nu, até que eu gostaria, tá entendendo? Mas a mídia, a mídia ela não me seduz, mas isso é porque eu construí, individualmente, o poder de crítica. Acho que esse poder pode ser, se o Estado tiver coragem, alçado em maior dimensão para que todas as pessoas tenham um maior poder de criticar e aí até de querer e não querer. O que eu vejo na Bahia, em Salvador, por exemplo, é ditadura militar, a ditadura das FM's. Isso é um crime. Então nós temos que parar um dia as pessoas, todas têm que parar, se tocar e dizer: nós temos que fazer alguma coisa em Salvador, há uma ditadura musical em Salvador, entendeu?

PORÉM NÃO
DÁ PARA VOCÊ
FAZER DISCURSO
REVOLUCIONÁRIO
NUMA CONDIÇÃO
PRIVILEGIADA, NUMA
SOCIEDADE EM
QUE NÓS VIVEMOS
NA DESIGUALDADE,
QUE FOI EDIFICADA
NA DESIGUALDADE.
MAS O QUE ESTAMOS
BUSCANDO AQUI,
NA VERDADE, E
AÍ EU ACHO QUE
ESSE É O DISCURSO
DO MOVIMENTO
NEGRO, NÓS NÃO
QUEREMOS DISCUTIR
AGORA SOCIALISMO,
COMUNISMO, NÓS
QUEREMOS INCLUSÃO.

EM RELAÇÃO A ESSA
QUESTÃO DAS RÁDIOS,
POR EXEMPLO, EU
VOLTO À QUESTÃO
EDUCACIONAL. MUITA
GENTE NÃO SABE
QUE AS GRANDES
EMISSORAS DE
RÁDIO E TV DO PAÍS
SÃO CONCESSÕES
PÚBLICAS, QUE
VOCÊ RENOVA SE
QUISER. AGORA, TEM
AÍ UMA QUESTÃO:
O QUE APARECE DA
CULTURA POPULAR
NAS GRANDES
MÍDIAS, NOS CANAIS
ABERTOS? QUAL É O
DEBATE SÉRIO QUE
NÓS VEMOS NA TV
SOBRE A QUESTÃO
DO REAL IMPACTO
DA IMPLANTAÇÃO DE
BELO MONTE?

Se você quiser chamar, tem uma deputada dessas que tá querendo chamar uma audiência pública. Mas é muito mais que uma audiência pública. Nós temos que questionar o Estado, porque as FMs não são dos caras não, eles têm a concessão; se eles tem concessão, a programação que sai na TV Educativa, deveria ser também obrigatória, em algum momento, de alguma forma, sair na Globo, sair na Bandeirantes, sabe? Para se poder expressar a diversidade, esse que é o problema. Então lves falava que esses debates não são bons porque você não encaminha nada. Nós precisamos deixar de ficar nos encontrando apenas por se encontrar, nós temos que escolher, escolher determinados temas e bandeiras e ir pra frente.

Não dá! Salvador não tem uma música que preste na rádio. Eu conheço tantas pessoas na rua que compõem, que escrevem. Você não consegue ouvir essas pessoas no rádio, porque não tem espaço, porque as FM's se apropriam, determinam a lógica que eles querem fazer. Era um pouco disso, porque essa é uma das coisas que eu quero contribuir. Eu acho um debate rico, inacabável, que as pessoas pensam que não vai se esgotar. Cultura é uma coisa inesgotável mas é uma série de questões. Eu priorizei só esses dois temas que eu acho que é fundamental para a gente ouvir um pouco da sua opinião.



Jânio Castro: Gente, o que eu vou dizer a vocês é o seguinte. São duas leituras muito interessantes. Concordo muito com o que vocês falaram aí, mas realmente eu tenho que ser bem objetivo. São questões complexas que se trazem aqui. Gostaria, em primeiro lugar, de dizer do enorme prazer que foi debater isso aqui com vocês e dizer que eu estou à disposição para o debate. Sou Jânio Roque, trabalho na UNEB, sou Professor da UNEB e do Mestrado Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, e é um prazer enorme debater essas questões. Eu vou deixar meu contato aqui com o pessoal, para continuarmos esse debate e dizer a você que, realmente, quando a gente vem de origem humilde, a gente sente na pele, vivencia de perto determinadas situações.

Outro dia estava falando com um camarada sobre isso. Rapaz, eu uso prótese dentária parcial, porque na década de 80, se o dente estragasse tinha que arrancar; pra você fazer uma restauração, naquela época, precisava de muito dinheiro, era algo elitista. Telefone, meu Deus, nem se fala! Acordava às quatro horas da manhã, às cinco já estava ordenhando vacas, pegava três ônibus até a Universidade Estadual de Feira de Santana, e tendo que trabalhar na roça, ao longo da semana, e numa rádio, dia de domingo. Era coisa de louco, que nem eu sei como é que eu sobrevivi a isso. Então, quando a gente sente na pele essa coisa pesada, essa coisa quente, vê quão duro é esse sistema. Quando as pessoas têm um discurso, que nem esse seu aí, que prega certo equilíbrio na análise, não é que sejamos contra a revolução, do ponto de vista mais duro da coisa, não nós que achamos que há determinadas situações que podem dar certo, mesmo que pontuais aqui, acolá.

Em relação a essa questão das rádios, por exemplo, eu volto à questão educacional. Muita gente não sabe que as grandes emissoras de rádio e TV do país são concessões públicas, e que você renova se você quiser. Agora, tem aí uma questão: o que aparece da cultura popular nas grandes mídias? Diga meu prezado, qual é o debate sério que nós vemos na TV sobre a questão do real impacto da implantação de Belo Monte? E sobre questão indígena, na Amazônia? Falo nos canais abertos. O que a gente fala da destruição da Amazônia é só do comprometimento da biodiversidade, que é importantíssima, claro. Onde é que está a nossa diversidade de povos? Aí eu vou até para a própria questão da Filosofia, que faz parte da nossa formação. O indígena na Bahia está onde? Como dimensionar o impacto do novo Código Florestal sobre os grupos indígenas e/ou para as comunidades tradicionais? E vão tratorar todo o cerrado para o agronegócio? Quer dizer, o negócio é complexo sobre vários aspectos.

E por último, a questão da Filosofia que eu coloco pra você. Uma coisa que é interessante, a nossa formação, aquela que tivemos na Universidade, só foi de filosofia grega, só para você ter uma ideia. Parece que Grécia é o centro do mundo filosófico, não é? Não foi só isso o que vimos? Só filosofia grega. Quando a gente remete para os asiáticos é esoterismo; é como se na Ásia e na África não tivéssemos filosofia, produção do saber, epistemologia do saber. Nossa formação é assim. O que é que nós temos de filosofia africana na nossa formação? A coisa é processual, por isso que eu volto sempre para a importância do processo educacional. Obrigado pela oportunidade, o tempo esgotou. Vocês são muito instigantes, estou aqui à disposição. Foi um prazer enorme debater com vocês. Uma boa tarde a todos e a todas, obrigado pela atenção.